



Seminário
Presbiteriano
de Brasília

Teologia para Transformação da Vida

SEMINÁRIO PRESBITERIANO DE BRASÍLIA

HERBERT GASPARINI DE MAGALHÃES

**GOVERNO PRESBITERIANO – O FORMATO BÍBLICO DE
ADMINISTRAÇÃO ECLESIAL**

**Aspectos bíblicos e teológicos para a compreensão e prática desse
governo**

BRASILIA-DF

2022



Seminário Presbiteriano de Brasília

Teologia para Transformação da Vida

SEMINÁRIO PRESBITERIANO DE BRASÍLIA

HERBERT GASPARINI DE MAGALHÃES

**GOVERNO PRESBITERIANO – O FORMATO BÍBLICO DE
ADMINISTRAÇÃO ECLESIAL**

**Aspectos bíblicos e teológicos para a compreensão e prática desse
governo**

**Trabalho de Conclusão de Curso,
exigência parcial para obtenção do
título de Bacharel em Teologia pelo
Seminário Presbiteriano de Brasília**

**Orientador: Prof. Me. Rogério Cunha da
Silva**

BRASILIA-DF

2022



Seminário Presbiteriano de Brasília

Teologia para Transformação da Vida

SEMINÁRIO PRESBITERIANO DE BRASÍLIA

HERBERT GASPARINI DE MAGALHÃES

**GOVERNO PRESBITERIANO – O FORMATO BÍBLICO DE ADMINISTRAÇÃO
ECLESIAL**

**Aspectos bíblicos e teológicos para a compreensão e prática desse
governo**

**Trabalho de Conclusão de Curso –
exigência parcial para obtenção do
título de Bacharel em Teologia pelo
Seminário Presbiteriano de Brasília**

Prof. Me. Rogério Cunha da Silva

Rev M. Div. João Geraldo de Mattos Neto

BRASILIA-DF

2022

Rogo, pois, aos presbíteros que há entre vós, eu, presbítero como eles, e testemunha dos sofrimentos de Cristo, e ainda coparticipante da glória que há de ser revelada: pastoreais o rebanho de Deus que há entre vós não por constrangimento, mas espontaneamente, como Deus quer; nem por sórdida ganância, mas de boa vontade; nem como dominadores dos que vos foram confiados, antes tornando-vos modelos do rebanho. Ora, logo que o Supremo Pastor se manifestar, recebereis a imarcescível coroa de glória.

1 Pe 5. 1 a 4

RESUMO

O presente trabalho possui o propósito de demonstrar que o presbiterianismo é o governo eclesial que possui cabal base bíblica. Aponta, para tanto, a opinião de vários autores que estudaram com acuidade esse tipo de governo adotado pelas igrejas reformadas e presbiterianas, e num contexto histórico demonstra que os presbiterianos, no passado, sempre valorizaram o governo da igreja, porque entendiam a importância e o lugar dele no ensino das Escrituras e na vida do servo de Cristo. Para demonstrar a base bíblica desse governo, a pesquisa discorre sobre os diversos sistemas de governo eclesial, apontando, por fim, as bases bíblicas que respaldam que o governo presbiteriano era a forma de governo adotada pelos apóstolos e presbíteros da primeira igreja. Em um segundo tópico é tratado sobre o poder da igreja, demonstrando que Cristo é a fonte desse poder e o que caracteriza a igreja do Novo Testamento é a aderência inabalável à palavra de Jesus dada por intermédio dos apóstolos. Nesse ponto, examina-se, também, o modo de exercício do poder, tratando-se, inclusive, do poder de disciplina. A derradeira parte da pesquisa trata do oficialato, da ordenação e qualificações, apontando o caráter como o mais fundamental no exercício desse dom, e dos concílios, expondo sua base bíblica, teológica e confessional, asseverando que no exercício jurisdicional, o poder da assembleia é apenas declarativo, e que nenhum oficial da igreja e nenhum concílio têm qualquer direito de criar e impor legislação sobre a igreja, tudo no escopo de pelo menos fornecer um pouco de conhecimento do sistema presbiteriano de governo, estimulando o seu estudo, compreensão, valorização e aplicação mais efetiva, visando também levar a igreja a uma consideração mais acurada ao profícuo trabalho desenvolvido diuturnamente por seus oficiais.

Palavras-chave: Presbiterianismo; Governo eclesial; Igreja; Oficiais; Concílios.

ABSTRACT

The present work has the purpose of demonstrating that Presbyterianism is the ecclesial government that has a complete biblical basis. It points out, therefore, the opinion of several authors who have studied with acuity this type of government adopted by the Reformed and Presbyterian churches, and in a historical context demonstrates that the Presbyterians, in the past, always valued the government of the church, because they understood the importance and his place in the teaching of the Scriptures and in the life of the servant of Christ. To demonstrate the biblical basis of this government, the research discusses the different systems of ecclesial government, finally pointing out the biblical bases that support that the Presbyterian government was the form of government adopted by the apostles and elders of the early church. In a second topic, the power of the church is treated, demonstrating that Christ is the source of this power and that what characterizes the New Testament church is the unshakable adherence to the word of Jesus given through the apostles. At this point, the way in which power is exercised is also examined, including the power of discipline. The last part of the research deals with officership, ordination and qualifications, pointing out the character as the most fundamental in the exercise of this gift, and councils, exposing their biblical, theological and confessional basis, asserting that in the jurisdictional exercise, the power of the assembly is declarative only, and that no church official and no council have any right to create and enforce legislation on the church, all in the scope of at least providing a little knowledge of the Presbyterian system of government, encouraging its study, understanding, appreciation and more effective application, also aiming to lead the church to a more accurate consideration of the fruitful work carried out daily by its officers.

Keywords: Presbyterianism; Church government; Church; officers; councils.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. COMPOSIÇÃO DO GOVERNO.....	111
1.1 A Igreja	11
1.2 A Igreja Visível e a Necessária Filiação	16
1.3 O Governo Eclesial.....	18
Conclusão	25
2. A NATUREZA DO GOVERNO	25
2.1 O Modo de Exercício do Poder.....	29
2.2 Doutrina, Ordem e Disciplina	35
Conclusão	40
3. OS ELEMENTOS DO GOVERNO.....	40
3.1 Ofícios.....	40
3.1.1 Ordenação.....	48
3.1.2 Qualificações	48
3.2 Concílios.....	51
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

Os presbiterianos, no passado, sempre valorizaram o governo da igreja, porque entendiam a importância e o lugar do sistema de governo no ensino das Escrituras e na vida do servo de Cristo. Consideravam que a fidelidade ao padrão de governo da igreja, estabelecido nas Escrituras, era nada menos que fidelidade ao próprio Cristo.

Por entenderem o relacionamento bíblico entre governo da igreja e o reino do seu Salvador e Senhor exaltado, o amor deles pelo Salvador os orientou a dar atenção cuidadosa às operações da igreja.

A igreja possui um governo próprio e isso não é por acidente, pois as Escrituras ensinam que o próprio Jesus instituiu um governo para a sua igreja, um governo que encontramos somente na Bíblia. Esse governo é uma parte importante da maneira como o Senhor Jesus Cristo governa o seu povo.

Tal qual o governo civil, o governo da igreja pode, às vezes, nos fazer exigências. Igualmente ao governo civil, o governo da igreja é uma parte crucial do discipulado cristão.¹ O governo da igreja é algo pelo qual todo cristão deveria ter intenso interesse. Sejam cristãos jovens ou maduros, neófitos ou descendentes de gerações de presbiterianos, experientes oficiais da igreja ou não, é necessário saber o que a Bíblia ensina sobre o governo eclesial.

O interesse pelo governo da igreja arrefeceu no último século. Uma maneira de perceber isso é prestar atenção às publicações relativas ao governo da igreja. Apesar de terem sido reimpressas, as articulações clássicas do governo da Igreja Presbiteriana produzidas por Thomas E. Peck, Thomas Withrow e John Macpherson, datam do século 19.² Os tratamentos presbiterianos clássicos da doutrina da igreja igualmente datam do mesmo período.

Esses documentos nos lembram de uma época em que alguns dos melhores e mais brilhantes ministros e teólogos da Igreja Presbiteriana dedicaram seu tempo e energia a questões da constituição eclesiástica.

Tal interesse e dedicação não aconteceram apenas no século 19. Uma parte substancial do livro IV das *Institutas da Religião Cristã*, de 1559, de João Calvino, trata de questões relativas ao governo da igreja. Esse interesse foi levado de Genebra para

¹ Waters, G. P. Como Jesus governa a Igreja. S. Paulo, Cultura Cristã, 2018, p. 13.

² *Apud*, Waters, 2018, p. 13. Uma edição dessa última obra foi publicada em 1949.

a Escócia nos séculos XVI e XVII, onde John Knox, Samuel Rutherford e George Gillespie refletiram extensivamente sobre o governo da igreja.³

Esse presbiterianismo, que com árdua luta foi implantado na Escócia por John Knox no Século XVI, foi o que nós, presbiterianos brasileiros, herdamos, como veremos nas considerações finais deste trabalho, trazido dos EUA por Ashbel Green Simonton, em 1859.

Mantendo as heranças presbiteriana e da Reforma escocesa, a *Presbyterian Church of America* conservou o antigo interesse da igreja reformada pela doutrina da igreja, em geral, e pela constituição da igreja, especificamente, o que também tem sido seguido pela Igreja Presbiteriana do Brasil⁴, demonstrado no texto da sua Constituição.

Evidentemente, hoje os presbiterianos continuam a estudar, discutir e a debater o governo da igreja. No entanto, não se faz isso num grau em que as gerações anteriores o fizeram.

Tudo isso dá origem a duas indagações relacionadas: Por que esse interesse se desvaneceu? Por que o modo como a igreja era governada era tão importante para os nossos pais presbiterianos? Uma razão importante pela qual o interesse pelo método de governo da igreja tem diminuído são as tristes experiências de muitos presbiterianos conservadores nas principais igrejas do século XX.⁵

A infidelidade de muitas denominações e até mesmo a perseguição de oficiais fiéis dentro dessas denominações corromperam os propósitos íntegros do governo bíblico da igreja. Muitos cristãos procuraram comunhão, evangelização e missões fora das estruturas denominacionais. O resultado foi um distanciamento infeliz do governo da igreja e do mandato bíblico de evangelização e discipulado.⁶

Esse curso de acontecimentos pouco fez para deter a onda de individualismo e autossuficiência que tem caracterizado o cristianismo em vários países há bastante tempo.

³ *Idem*, p. 14.

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Apud*, Waters, p. 14. Isso foi registrado em obras como as de Morton Smith. *How is the gold become dim: The decline of the Presbyterian Church, U.S., as reflected in its assembly actions*, 2 ed. (Jackson, MS: Steering committee for a continuing Presbyterian church, 1973); John Edwards Richards. *The historical birth of the Presbyterian Church in America* (Liberty Hill, SC: Liberty Press, 1987).

⁶ Waters, p. 15.

Os evangélicos frequentemente exibem falta de confiança nas instituições e autoridades, incluindo as da igreja. A Escritura, contudo, dispõe que os cristãos necessitam uns dos outros, principalmente do trabalho fiel dos oficiais da igreja, para crescerem na vida cristã (Ef 4.11-16).

Talvez um passo na direção de uma recuperação do interesse pelo sistema de governo na igreja presbiteriana contemporânea seja considerar por que a doutrina da igreja era tão importante para os antepassados presbiterianos. Pelo fato de terem sido comprometidos de todo o coração com a Bíblia, pode-se acreditar que o interesse e o trabalho deles refletiam as prioridades bíblicas.

Guy Waters, professor de Novo Testamento no Reformed Theological Seminary, em Jackson, Mississippi, dentre outros autores citados neste trabalho, acredita que o governo que Cristo designou para sua igreja é presbiteriano por natureza e que as Escrituras confirmam esse fato.⁷

O presente trabalho, ressalta, assim, a importância de se entender e praticar tal sistema nesses tempos atuais em nossas igrejas, a fim de se alcançar o resultado pretendido por Cristo na missão que ele designou de fazer discípulos por todo o mundo e ensiná-los tudo o que ele mesmo prescreveu em sua palavra, alcançando, conseqüentemente, uma igreja com grande saúde espiritual.

Para tanto, examinará a igreja nos termos da sua visibilidade, demonstrando que Jesus Cristo, a única cabeça da igreja, impôs a ela um governo singular e que tal governo o Senhor Jesus o deu por meio dos seus apóstolos nas Escrituras, sendo fundado nos princípios, preceitos e exemplos estabelecidos no Novo Testamento, e exercido hoje por meio dos presbíteros.

Também quer demonstrar que o sistema presbiteriano, diferente dos demais sistemas de governo eclesial que também serão considerados no presente trabalho, está cabalmente delineado nas Escrituras, notadamente nos relatos do evangelista Lucas, em Atos dos Apóstolos, o que o põe como o sistema apontado por Jesus Cristo para o governo do seu corpo.

Esse trabalho assevera, contudo, que as igrejas presbiterianas não têm a pretensão de que o seu sistema de governo seja determinado, em todas as minúcias, pela Palavra de Deus, mas asseveram que os seus princípios fundamentais são derivados diretamente da Escritura. Não se arrogam num *jus divinum* (direito divino)

⁷ *Idem*, p. 20.

quanto aos pormenores, mas unicamente quanto aos princípios gerais e fundamentais do sistema e estão mui dispostas a admitir que muitas das suas particularidades são determinadas pela utilidade e pela sabedoria humana. Decorre disso, que enquanto a estrutura geral deve ser mantida rigidamente, alguns pormenores podem ser mudados conforme a maneira eclesiástica própria e por razões de prudência, com o proveito geral das igrejas.

Nesse compasso, examinaremos o governo presbiteriano à luz do Novo Testamento, da doutrina e da Confissão de Fé de Westminster, demonstrando que ele foi dado por Cristo, que concedeu dons a homens para governar a igreja segundo aquilo que ele mesmo determinou em sua Palavra, na qualidade de legislador.

Quanto ao poder da igreja, examinaremos o modo de exercício desse poder, demonstrando que os apóstolos, em momentos de crise que se impuseram na igreja primeva, reuniam-se em concílios e não decidiram com base em sua autoridade apostólica, mas colocaram-se em posição semelhante aos demais presbíteros, estabelecendo decisões declarativas com base na Palavra de Deus.

Também trataremos do exercício do poder disciplinar, que se constitui numa das formas de exercício do poder dado à igreja por Cristo, porém de forma sucinta por não ser o foco central desse trabalho

Por derradeiro, trataremos sobre os ofícios, a ordenação e as qualificações exigidas de candidatos a oficiais, bem como, de forma mais amíuade, das assembleias da igreja, expondo sua base bíblica, teológica e confessional, tudo isso no escopo de pelo menos fornecer um pouco de conhecimento do sistema presbiteriano de governo, estimulando o seu estudo, compreensão, valorização e aplicação mais efetiva, tendo em vista seu supedâneo bíblico, bem como visando levar a igreja a uma consideração mais acurada ao profícuo trabalho desenvolvido diuturnamente pelos oficiais da igreja.

1. COMPOSIÇÃO DO GOVERNO

1.1 A IGREJA

Para falar sobre governo eclesial faz-se necessário antes discorrer sobre o que vem a ser igreja.

Na Enciclopédia Bíblica consta que a palavra inglesa *church* (igreja), com sua forma cognata ‘kirk’, é derivada da palavra grega *kiriakón*, significando “do Senhor” ou “pertencente ao Senhor”. O equivalente no Novo Testamento *ekklesia* foi originalmente empregado pelos gregos para definir uma assembleia ou congregação

de cidadãos livres, convocados ou ‘chamados’ por um arauto, em conexão com assuntos públicos (At 19.39).⁸

Ocasionalmente foi aplicado a assembleia de qualquer tipo, reunida em torno de um assunto público ou não.

Na LXX, a ‘congregação’ de Israel é citada como *ekklesia*, especialmente quando reunida diante do Senhor para propósitos religiosos (Dt 31.30; At 7.38). Os judeus haviam sido ‘chamados’ de todas as nações para ser o povo especial de Deus (Rm 9.4).

Nesse significado mais simples, a palavra pode ser tomada para denotar a ‘assembleia’ ou ‘congregação’ dos que recebem sua graça celestial e são ‘chamados’ para ser testemunhas de Cristo neste mundo (1 Pe 2.9).

A enciclopédia citada aponta, que K.L. Schmidt sugere que os judeus cristãos de fala grega devem ter começado a usar o termo *ekklesia* mesmo antes que o apóstolo Paulo o tenha utilizado, já que eles estavam ansiosos para distinguir suas comunidades das sinagogas judaicas.

A palavra *ekklesia* propriamente dita foi utilizada apenas duas vezes pelo Senhor Jesus.

Na primeira ocasião foi quando o apóstolo Pedro proferiu sua grande profissão de fé em Cesareia de Felipe (Mt 16.16ss), e a outra foi no contexto das instruções que o Senhor deu aos seus discípulos acerca das suas obrigações em relação ao irmão ofensor (Mt 18.17).

Nos escritos apostólicos, como informa ainda a citada enciclopédia, o uso da palavra torna-se mais comum. Às vezes é usada para denotar grupos espalhados de cristãos em uma área ampla, tal como ‘as igrejas da Galácia’ (Gl 1.2). Em outras ocasiões é utilizada com referência ao corpo de cristãos habitando na mesma localidade como, e.g., a ‘Igreja de Antioquia’ (At 13.1). Um grupo pequeno de cristãos reunindo-se em uma casa para adoração e edificação também é citado como igreja (Rm 16.5; 1 Co 16.19; Cl 4.15; Fl 2).

Em nenhum caso a palavra é utilizada com relação ao edifício no qual a adoração pública é conduzida. A palavra ‘igreja’ é aplicada essencialmente a pessoas, e no seu sentido mais amplo, é utilizada para descrever ‘a congregação dos fiéis através do mundo’.

⁸ Enciclopédia Bíblica. Cultura Cristã, p. 179.

Manifestando-se sobre a salvação operada por Cristo na coletividade, John Stott esclarece o que é igreja, afirmando que:

“o mesmo Novo Testamento, que contém o rasgo de individualismo de Paulo, que diz: “Estou crucificado com Cristo ... vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim”, também insiste que Jesus Cristo “a si mesmo se deu por nós, a fim de remir-nos de toda a iniquidade e purificar para si mesmo um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras” (Gl 2.20; Tt 2.14); At 2.40,41). Assim, o mesmo propósito da sua autodoação na cruz não foi só salvar indivíduos isoladamente, perpetuando a sua solidão, mas também criar uma nova comunidade cujos membros pertencessem a ele, amassem uns aos outros e zelosamente servissem ao mundo. Essa comunidade de Cristo não seria nada mais do que uma unidade renovada e remida, da qual ele, como segundo Adão, seria o cabeça. Ela incluiria judeus e gentios em termos iguais. De fato, englobaria representantes de todas as nações.”⁹

O fato é que todo cristão pode testificar sobre as muitas maneiras nas quais a igreja tem sido útil para o seu crescimento cristão, porque Deus designou a igreja e a vida cristã para funcionarem juntas exatamente dessa maneira.

Em Colossenses 2.19, o apóstolo Paulo afirma que a igreja é como um corpo humano, com ‘juntas e ligamentos’. Os cristãos estão ligados como as juntas e os tendões do corpo humano. É por juntas e ligamentos, diz o apóstolo, que ‘todo o corpo’, ‘retendo a cabeça’, que é Cristo, ‘cresce o crescimento que procede de Deus’.

A igreja não é apenas crucial para a vida cristã, mas também fundamental para o plano e o propósito redentor de Deus, decretado desde a eternidade e executado na história. Portanto, dificilmente encontramos uma página da Escritura que de alguma maneira não nos ensine a respeito da igreja ou do povo de Deus.

Em toda a história redentora Deus ressalta que ele está salvando pecadores como um corpo, como uma multidão. A igreja, assim, é uma parte indispensável do plano de Deus para salvar pecadores.

Pelo pacto aliancista, o povo de Deus é ‘visivelmente’ e formalmente separado para se trinar o povo especial do Messias. É nesse ponto na história da redenção que

⁹ Stott, John. A cruz de Cristo. São Paulo: Editora Vida, 2006.

‘a promessa do Messias, o vencedor de Satanás, assume a forma do Libertador, Legislador e Governante de um povo’.

Embora Jesus governe todo o mundo como Filho de Deus, ele exerce um governo especial e distinto sobre seu povo como Mediador e cabeça. É a esse governo que Paulo faz referência quando escreve: ‘Ele é a cabeça do corpo, da igreja’ (Cl 1.18).¹⁰

Diante disso, Guy Waters considera quatro maneiras pelas quais as Escrituras enfatizam a importância da igreja.

Em primeiro lugar, há uma conexão bíblica íntima entre Cristo e a sua igreja. Cristo é a cabeça do seu corpo, a igreja (Cl 1.18, 24; Ef 5.23; At 9.5). Os interesses de Cristo estão ligados à igreja. Estudar e honrar o governo eclesial é trazer glória a Jesus, que instruiu esse governo para a sua própria glória e para o bem da igreja.¹¹

Uma razão pela qual os protestantes reformados protestaram veementemente contra a reivindicação do Papa de ser o vigário de Cristo na terra é que eles entenderam que essa reivindicação usurpava o direito exclusivo de Cristo de governar a igreja.¹²

Em segundo lugar, a igreja é um corpo tanto divinamente criado quanto divinamente governado. A igreja é divinamente criada. Ela não é mera associação voluntária de pessoas com interesses semelhantes. Os adultos entram para a igreja quando professam ser pecadores à vista de Deus, merecendo a sua desaprovação e, sem esperança, a não ser na misericórdia soberana de Deus. Professam crer no Senhor Jesus Cristo como Filho de Deus e salvador de pecadores e o recebem e confiam somente nele para a salvação, na forma em que ele é apresentado no evangelho.¹³

A igreja também é divinamente governada. Ela é o corpo de Cristo, que é a única cabeça da igreja. Parte do que significa Jesus ser a cabeça da igreja é que ele tem uma reivindicação exclusiva e singular de autoridade sobre a igreja. Jesus é rei sobre o seu povo. Jesus não é um governante ausente. Ele está ativa, íntima e presentemente envolvido em governar sua igreja.¹⁴

¹⁰ Waters, p. 28 e 29.

¹¹ Waters, p. 15.

¹² *Idem*, p. 15.

¹³ *Idem*, p. 15 e 16.

¹⁴ *Idem*, p. 16.

Um modo importante em que Jesus governa o seu povo é por meio do governo que ele instituiu na sua palavra.

Em terceiro lugar, a igreja é a representação visível do reino de Cristo na terra. Isso é o que a Confissão de Fé de Westminster quer dizer quando identifica a igreja visível com o reino do Senhor Jesus Cristo. Nesse ponto, dispõe a Confissão de Fé de Westminster, no seu capítulo 25, parágrafo 2º, que:

“A igreja visível, que também é católica ou universal, sob o evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a lei), consiste de todos aqueles que, pelo mundo inteiro, professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos. Ela é o reino do Senhor Jesus, a casa e família de Deus, e fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação.

Observa-se que a Confissão de Fé de Westminster, seguindo a Escritura, identifica a igreja como o lugar onde o reinado de Cristo é manifesto agora de modo especial (Mt 13. 47; Is 9.7).

Visto sob esse lume, o governo da igreja assume importância evidente. A constituição da igreja é um modo de dar expressão concreta e visível ao reino presente do nosso Mediador ressurreto e exaltado, Jesus Cristo.¹⁵

Em quarto lugar, Jesus deu uma tarefa singular à igreja: a obra de missões. Essa comissão tem aplicação primeiramente aos ministros da igreja.¹⁶

As missões são meios de Deus para fazer com que as nações se submetam alegremente ao reinado de Cristo, para fazer homens e mulheres, juntamente com os ministros da igreja, discípulos do Senhor Jesus.

Contudo, para a igreja desempenhar a grande comissão fielmente, ela deve ser bem governada. O ministério da palavra por intermédio dos oficiais da igreja, e a disciplina, são questões relacionadas ao governo da igreja.¹⁷

É importante afirmar, porém, que é o Espírito Santo, e não o governo da igreja, a fonte da vida e do poder da igreja. Porém, mesmo assim, Deus trabalha por meios. O governo da igreja é um desses meios designados. Se se anela ver a igreja prosperar

¹⁵ *Ibidem*, p. 17.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Waters, p. 18.

e tornar-se viçosa, não se pode confiar nessa esperança e, ao mesmo tempo, negligenciar o governo da igreja.¹⁸

Conclui-se, portanto, que a integridade do chamado missionário da igreja está ligada ao sistema de governo da igreja. O governo da igreja funcionando corretamente é crucial para a fidelidade da igreja como agência missionária que Cristo estabeleceu no mundo.¹⁹

1.2 A Igreja Visível e a necessária filiação

A distinção da igreja em visível e invisível é antiga na teologia cristã e é expressa no capítulo vinte e cinco da Confissão de Fé de Westminster. O parágrafo 1º do capítulo 25, que aqui nos interessa, estabelece o conceito de igreja visível:

“A igreja visível e católica consiste de todos aqueles que pelo mundo professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos; é o reino do Senhor Jesus; a casa e família de Deus, fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação”.

Nesse ponto é necessário afirmar, para que a igreja tenha visibilidade no mundo, que a Escritura exige a filiação dos cristãos a ela. Ao nos mostrar o que a vida cristã é e o que a igreja é, ela nos leva inescapavelmente à conclusão de que os cristãos devem filiar-se à igreja.

Na grande comissão Jesus determina aos seus discípulos a irem e fazerem novos discípulos das nações. Devem batizá-los e ensiná-los todas as coisas que o Senhor Jesus lhes ordenou. A grande comissão consiste da reunião e do aperfeiçoamento dos santos.

Observa-se certo padrão na obra de missões no livro dos Atos dos Apóstolos, onde se constata que a palavra é pregada por homens dotados e chamados pelo Espírito Santo e enviados pela igreja. Quando o Espírito Santo abençoa a pregação da Palavra, homens e mulheres respondem com fé e arrependimento. Após, eles iniciam uma vida em comum e perseveram na doutrina dos apóstolos, compartilhando uma vida juntos (At 2.46).

¹⁸ Waters, p. 20.

¹⁹ Waters, p. 18 e 19.

Portanto, quando uma pessoa professa fé em Cristo, ela é ‘acrescentada’ ao corpo dos cristãos existentes. Filia-se à igreja. Suas vidas, individual e corporativamente, são governadas por Cristo por meio das Escrituras.

Por outro lado, muitos mandamentos dados aos cristãos no Novo Testamento assumem a filiação à igreja. *E.g.*, o Novo Testamento ordena aos cristãos a demonstrarem devida submissão aos líderes da igreja. Outro exemplo é a ordenança que há em Cl 3.16:

“Habite ricamente em vós a Palavra de Cristo; instruí-vos e aconselhai-vos mutualmente em toda a sabedoria, louvando a Deus com salmos e hinos e cânticos espirituais, com gratidão em vosso coração.”

Os cristãos definiram obrigações mútuas. Quem o apóstolo Paulo tem em mente quando diz ‘mutuamente’? A resposta é encontrada na saudação da carta: “Aos santos e fiéis em Cristo que se encontram em Colossos (Cl 1.2). O mutuamente é a igreja em Colossos. O apóstolo dos gentios tem em mente um corpo de cristãos específico e definido, que tem certas obrigações e compromissos mútuos naquele corpo.

O ensino do Senhor Jesus sobre disciplina na igreja assume a necessidade de filiação à igreja. Se uma pessoa não for um membro da igreja; se ela não tiver relacionamento formal com a igreja, então com que base a igreja pode confrontá-la sobre o seu pecado? A disciplina, pois, pressupõe a filiação à igreja.

A administração dos sacramentos também presume a existência de filiação à igreja. O apóstolo Paulo supõe que a eucaristia será administrada somente na igreja e quando ela se reunir para o culto público (At 20.7). Ele também assume que aqueles que se aproximam da mesa do Senhor estão professando ser cristãos. A eucaristia significa a união dos cristãos com Cristo e a unidade do corpo dos cristãos. Então o padrão bíblico é que elas se filiem formalmente à igreja.

As passagens que discutem o crescimento cristão requerem a filiação da igreja (Ef 4.11-16; Cl 2.19). O crescimento da igreja, afirma S. Paulo, requer ‘justa cooperação de cada parte’ (Ef 4.16).

Por último, a responsabilidade dos presbíteros requer a filiação à igreja. Em Hb 13.17, lemos: “Obedecei aos vossos guias e sede submissos para com eles, pois velam por vossa alma como quem devem prestar contas.”

Os presbíteros da igreja, ou líderes, são aqueles que fazem a supervisão das almas da congregação e no dia do julgamento devem prestar contas a Cristo por essas almas. Porém, a menos que os presbíteros estejam num relacionamento definido com um grupo específico de cristãos, como poderão supervisioná-los e muito menos prestar conta deles? Sem a filiação do membro à igreja, os presbíteros seriam incapazes de cumprir a tarefa que Deus atribuiu a eles.

O Novo Testamento, em suma, exige a filiação à igreja de todo cristão professo. A filiação é fundamental para o governo, disciplina, culto e vida da igreja. O discipulado cristão requer que a pessoa se torne membro da igreja.

1.3 O Governo Eclesial

Tecidas essas considerações sobre a igreja e a necessidade de filiação a ela, pode-se considerar agora sobre o seu governo.

Antes de adentrarmos ao sistema presbiteriano de governo, necessário se faz tratar, embora sucintamente, das outras formas de governo eclesial existentes.

É questão de princípios para os Quacres ou *Quakers* e para os Darbistas²⁰ a rejeição de todo o governo da igreja. De acordo com eles, toda formação externa da igreja necessariamente degenera e leva a resultados que contrariam o espírito do Cristianismo, pois exalta o elemento humano em detrimento do divino. Todo governo da igreja negligencia os carismas dados por Deus e os substitui por ofícios instituídos pelo homem e, conseqüentemente, oferece à igreja a casca do conhecimento humano ao invés das comunicações vitais do Espírito Santo. Daí eles considerarem não apenas desnecessário, mas decididamente pecaminoso organizar a igreja visível. Assim os ofícios são abandonados e no culto público cada qual segue as sugestões do Espírito.²¹

O Sistema Erastiano considera a igreja como uma sociedade que deve sua existência e sua forma às regulamentações promulgadas pelo Estado. Para os erastianos é função do Estado governar a igreja, exercer a disciplina e aplicar a

²⁰ Quacres ou *Quakers*: Grupo de cristãos liderados por George Fox (1624-1691), que se opunha aos ritos eclesiásticos e afirmavam que Deus não queria igrejas (casas de campanário), uma vez que os crentes poderiam se relacionar diretamente com ele. Tim Dowley, *Os Cristãos – Uma história ilustrada*. Darbistas, também conhecidos como Assembleia dos Irmãos ou Irmãos de Plymouth, são grupos de cristãos protestantes adenominaçionais, cuja origem é Dublin, na Irlanda, por volta de 1825. Tiveram como um de seus primeiros líderes John Nelson Darby. No Brasil recebem a denominação de Casa de Oração. Wikipédia.

²¹ Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 534.

excomunhão. Os oficiais da igreja são meros instrutores ou pregadores da Palavra, sem nenhum direito ou poder de governar.²²

Os episcopais, por sua vez, afirmam que Cristo, como Cabeça da igreja, confiou o governo da igreja direta e exclusivamente a uma ordem de prelados ou bispos, considerados como sucessores dos apóstolos, e que Cristo constituiu esses bispos numa ordem separada, independente e capacitada para perpetuar-se. Por esse sistema, a comunidade dos crentes não possui absolutamente nenhuma participação no governo da igreja. Porém, a Bíblia não oferece base para a existência de tal classe separada de oficiais superiores dotados do direito de ordenação e jurisdição.²³

O Sistema Congregacional, também chamado sistema de independência, define que cada igreja ou congregação é uma igreja completa, independente de todas as demais. Assim, o poder de governo fica exclusivamente com os membros da igreja, que têm autoridade para regulamentar os seus próprios assuntos. Os oficiais são meros funcionários da igreja local, designados para ensinar e para administrar os interesses da igreja, não possuindo poder de governo além do que possuem como membros.²⁴

As igrejas reformadas não têm a pretensão de que o seu sistema de governo seja determinado, em todas as minúcias, pela Palavra de Deus, mas asseveram que os seus princípios fundamentais são derivados diretamente da Escritura. Não se arrogam um *jus divinum* (direito divino) quanto aos pormenores, mas unicamente quanto aos princípios gerais e fundamentais do sistema e estão mui dispostas a admitir que muitas das suas particularidades são determinadas pela utilidade e pela sabedoria humana. Decorre disso que, enquanto a estrutura geral deve ser mantida rigidamente, alguns pormenores podem ser mudados conforme a maneira eclesiástica própria, por razões de prudência, como o proveito geral das igrejas.²⁵

Nesse sentido, os princípios mais fundamentais da igreja reformada são: 1) Cristo é o chefe e cabeça da igreja e fonte de toda a sua autoridade. E isso se confirma, pois a Bíblia nos ensina que Cristo é o Chefe de todas as coisas: Ele é o senhor do universo, não somente como a segunda pessoa da Trindade, mas também como mediador (Mt 28.18; Ef 1.20-22; Fp 2.10,11; Ap 17.14; 19.16). Num sentido

²² *Idem*, p. 534.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*, p. 535.

muito especial, porém, ele é a cabeça da igreja²⁶, que é o seu corpo. Ele mantém relação viva e orgânica com ela, enche-a de vida e a governa espiritualmente (Jo 15. 1-8; Ef 1.10, 22, 23; 2.20-22; 4.15; 5.30; Cl 1.18; 2.19; 3.11).²⁷ 2) Cristo exerce a sua autoridade por intermédio da sua Palavra real. Por isso o reinado de Cristo não é similar ao dos reis terrenos em todos os aspectos. Ele não governa a igreja pela força, mas, sim, subjetivamente, por seu Espírito, que age na igreja, e objetivamente pela Palavra de Deus, como o padrão de autoridade. Todos os crentes estão incondicionalmente obrigados a obedecer à Palavra do Rei. Como Cristo é o único Governador soberano da igreja, sua palavra é a única que é lei no sentido absoluto. Não existe, pois, poder de governar independente de Cristo.²⁸ 3) Como Rei, Cristo revestiu a igreja com poder. Berkhof prefere a doutrina que defende que o poder eclesiástico é delegado à igreja como um todo, isto é, aos membros e aos oficiais igualmente, mas, em acréscimo, os oficiais recebem uma porção adicional de poder, como se requer para o cumprimento dos seus respectivos deveres na igreja de Cristo. Participam do poder original concedido à igreja e recebem sua autoridade e poder como oficiais diretamente de Cristo. São representantes do povo, não, contudo, meros deputados ou delegados.²⁹ 4) Cristo providenciou órgãos representativos para o exercício específico desse poder. Enquanto Cristo delegou poder à igreja como um todo, também providenciou para que esse poder fosse exercido ordinária e especificamente por órgãos representativos, separados para a manutenção da doutrina, do culto e da disciplina. Os oficiais da igreja são os representantes do povo, escolhidos por voto popular. Isso não significa, porém, que eles recebem a sua autoridade do povo, pois o chamamento do povo é apenas a confirmação do chamamento anterior feito pelo Senhor; e é do Senhor que eles recebem a sua autoridade e a ele são responsáveis.³⁰ 5) O poder da igreja reside primariamente no corpo governante local. Um dos princípios fundamentais do governo reformado ou presbiteriano é que o poder ou autoridade da igreja não reside antes de tudo na

²⁶ Segundo o ensino de Louis Berkhof, Cristo é o cabeça (chefe) de todas as coisas (Ef 1.22; Cl 2.10), mas com relação à igreja, além de Chefe ou o Cabeça, ele é a Cabeça (Ef 5.23, 30; Cl 1.18; 2.19). A distinção é importante porque, com relação à igreja, o vínculo de união é orgânico: a igreja é o corpo; Cristo é sua Cabeça – que não só comanda o corpo, mas também lhe comunica vida. Essa figura tem a ver com a bela e profunda doutrina da união vital de Cristo com o crente.

²⁷ Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 535.

²⁸ *Idem*, p. 536.

²⁹ *Ibidem*, p. 537.

³⁰ *Ibidem*.

assembleia, confiado ao corpo governante da igreja local; mas, sim que tem a sua sede original no consistório ou sessão ou conselho da igreja local, e por este é transferido para as assembleias maiores, como classes ou presbitérios e sínodos ou assembleias gerais. Assim, o sistema reformado ou presbiteriano honra a autonomia da igreja local, apesar de sempre considerá-la sujeita às limitações que lhe podem sobrevir como resultado de sua associação com outras igrejas, formando uma denominação, e lhe assegura o mais completo direito de governar os seus interesses internos por meio dos seus oficiais. Ao mesmo tempo, mantém o direito e dever da igreja local de unir-se a outras igrejas similares sobre uma base confessional comum e de formar uma organização mais ampla com propósitos doutrinários, judiciais e administrativos, com a adequada estipulação de mútuas obrigações e direitos.³¹

A Confissão de Fé de Westminster declara que “Não há outro cabeça da igreja senão o Senhor Jesus Cristo”³². E Cristo deu à igreja um governo para organizar sua vida sob sua própria liderança.

Quando o apóstolo Pedro, em Mateus 16, responde com sua confissão a respeito da pessoa de Jesus, ‘a pedra’ é a confissão de Jesus como Messias. Uma confissão que o grupo de discípulos fez por intermédio do apóstolo Pedro. Jesus está dizendo o que o apóstolo Paulo escreveria mais tarde aos efésios, ou seja, que a igreja é edificada “sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo ele mesmo, Cristo Jesus, a pedra angular (Ef 2.20).³³

Os apóstolos eram testemunhas singulares de Jesus, o Messias de Deus, crucificado e ressurreto de entre os mortos, para a salvação de pecadores. É sobre essa confissão singular e fundamental que Jesus tem edificado a sua igreja através dos tempos.³⁴

As ‘chaves’, “Dar-te-ei as chaves do reino dos céus” (Mt 16.19), são algo que Jesus dá aos discípulos. Demonstra que os apóstolos atuam como servos ou mordomos na casa de Deus. A cabeça do lar atribui a eles autoridade dentro da casa. Eles devem usar as ‘chaves do reino dos céus’ para ‘ligar e desligar’ (Mt 16.19). A

³¹ *Ibidem*.

³² CFW, 25.6.

³³ Waters, p. 51.

³⁴ Em vista do caráter singular desse testemunho ocular e da imagem do fundamento perpétuo que Jesus usa, o ofício de apóstolo não é perpétuo na igreja. Esse ofício serviu ao seu propósito designado por Deus na história redentora e Deus não dota mais os homens para esse ofício na era pós-apostólica (Waters, 2018, p. 51).

figura em Mateus 16 indica o usar ‘as chaves’ para abrir um celeiro para fornecer o necessário para o lar. O que está em vista é a autoridade administrativa desses discípulos como servos da casa.

O comentarista puritano Matthew Poole, explica:

“O sentido é: Pedro, eu confiarei a você e ao restante dos meus apóstolos a administração total do meu evangelho; vocês lançarão o fundamento da igreja cristã e administrarão todas as suas questões, revelando as verdades do evangelho para o mundo e governando aqueles que receberão a fé do evangelho. (...) Por essa promessa nosso salvador declarou a sua vontade, que seus apóstolos deviam resolver as questões da igreja evangélica, determinando o que devia ser legal e ilegal, e estabelecer as regras de acordo com as quais todos os ministros e oficiais sucessores na sua igreja deviam agir, o que o nosso Senhor confirmaria no céu. (...) Não posso pensar que o sentido de ligar e desligar aqui seja excomungar e absolver, mas uma determinação doutrinária ou jurídica das coisas legais e ilegais outorgadas pelos apóstolos.”³⁵

Cristo, assim, confiou autoridade expressamente aos seus apóstolos para organizar a vida do povo de Deus sob o Novo Testamento. Os discípulos são mordomos fiéis das decisões estipuladas anteriormente por Deus. Jesus está dizendo que a decisão da igreja, quando fiel à palavra de Deus, já foi elaborada no céu. Somente quando a igreja é fiel à palavra, que suas decisões recebem a sanção e suporte da sua Cabeça ascendida.³⁶

Louis Berkof afirma, que a Escritura mostra claramente que o ofício apostólico não era de natureza permanente. Os apóstolos compunham uma classe claramente distinta e independente, mas a sua tarefa especial não era a de governar e administrar os assuntos da igreja. Era seu dever levar o evangelho às regiões não evangelizadas, fundar igrejas e, então, designar dentre o povo outras pessoas para a tarefa de governá-las. Antes do final do século I o apostolado já tinha desaparecido inteiramente.³⁷

³⁵ *Apud* Waters, 2018, p. 52.

³⁶ Waters, p. 59.

³⁷ Louis Berkhof, p. 534.

O Novo Testamento nos mostra que a igreja tem um governo todo próprio. O apóstolo Paulo, escrevendo aos tessalonicenses, afirma:

“Agora vos rogamos, irmãos, que acateis com apreço os que trabalham entre vós e os que vos presidem no Senhor e vos admoestam; e que os tenhais com amor em máxima consideração, por causa do trabalho que realizam” (I Ts 5.12-13).

O escritor aos hebreus dá instrução semelhante:

“Obedecei aos vossos guias e sede submissos para com eles, pois velam por vossa alma como quem deve prestar contas, para que façam isso com alegria e não gemendo; porque isto não aproveita a vós outros” (Hb 13.17).

Esses líderes estão, no desempenho das funções dos seus ofícios, acima dos seus companheiros cristãos. Eles têm um conjunto específico de tarefas espirituais, que Cristo lhes deu e pelo qual eles terão que prestar contas. Há um governo independente designado e adequado para a igreja como povo de Deus.

Diante disso, ensina Waters, que a Escritura prescreveu para a igreja um tipo de governo ao qual ela necessita se comprometer sem reservas. O governo da igreja é *jure divino* (por direito divino).³⁸

Bannerman observa que a abordagem por direito divino encontrou ampla expressão dentro da Igreja da Inglaterra durante e após a época da Reforma. Essa descrição de governo *juris divinum*, relevada por esse autor, é característica da maioria das igrejas presbiterianas:

“A forma e a estruturação do governo da igreja não foram deixadas para ser estabelecidas pela sabedoria do homem, nem reduzidas ao nível de uma questão de mera conveniência cristã, mas foram determinadas por autoridade divina e são suficientemente reveladas na Escritura. (...) Com respeito ao seu governo e organização, bem como com respeito a sua doutrina e ordenanças, a igreja é de Deus e não do homem. (...) A Escritura corretamente interpretada e compreendida fornece material suficiente para determinar o que o Divino Fundador planejou que a constituição e ordem da sua sociedade cristã fossem. Em preceitos expressos na Escritura, em exemplo apostólico, no

³⁸ Waters, p. 54.

precedente das primeiras igrejas enquanto estavam sob direção inspirada e nos princípios gerais incorporados no Novo Testamento, eles acreditam que é possível encontrar as características principais e essenciais de um sistema de governo de igreja que seja de autoridade divina e obrigação universal. Eles acreditam que a palavra de Deus incorpora princípios e perfis gerais de uma constituição eclesiástica, adequada para ser o modelo autorizado para todas as igrejas, apto a ser adaptado a exigências de todos os diferentes tempos e países e, não obstante, exibir uma unidade de caráter e estruturação em harmonia com o padrão da Escritura. O governo da igreja, de acordo com essa visão, não é um produto do arbítrio cristão, nem um desenvolvimento da consciência cristã; ele foi moldado e estabelecido não pela sabedoria do homem, mas pela Cabeça da igreja. Ele não se apoia numa base de conveniência humana, mas da designação divina.”³⁹

Os apóstolos estavam conscientes dessa responsabilidade singular e elevada que Jesus havia confiado a eles. Entenderam que estavam lançando um fundamento definitivo para a igreja do qual o próprio Jesus é a pedra angular (Ef 2.20).

Corroborando tal ensino, Waters afirma que uma parte desse ensino Jesus confiou aos seus discípulos durante o seu ministério terreno. Contudo, grande parte desse ensino foi dada depois da ressurreição e ascensão. Jesus prometeu que os apóstolos escreveriam todo esse ensino por inspiração do Espírito Santo (Jo 14.23; Jo 16. 12-13). Esse registro apostólico de ensino seria inteiramente, e ao pé da letra, palavras do próprio Jesus. Contendo totalmente e somente as palavras de Jesus por meio dos seus apóstolos, esse registro seria totalmente livre de erro e verdadeiro em cada parte e em cada detalhe. Portanto, inerrante e normativo para a igreja.⁴⁰

O governo da igreja, assim, necessita ser exercido com base em toda palavra inspirada por Deus e registrada nas Escrituras. Foi assim que a igreja primeva procedeu. De acordo com Waters⁴¹, o que caracteriza a igreja do Novo Testamento é a aderência inabalável à palavra de Jesus dada por intermédio dos apóstolos. Imediatamente após ao Pentecostes, os cristãos foram descritos como aqueles que “perseveravam na doutrina dos apóstolos” (At 2.42).

³⁹ *Apud* Waters, 2018, p. 55.

⁴⁰ Waters, p. 58.

⁴¹ Waters, p. 58.

É no Novo Testamento, portanto, que encontramos a provisão de Jesus de um governo para a sua igreja. Como ensina Thomas Peck⁴²: A igreja recebeu a tarefa com “o poder de ordenar e sistematizar sob a lei”.

A igreja recebe a lei de Cristo, que diz respeito ao governo. Por meio dessa mesma lei, ela organiza certos detalhes e questões que são indispensáveis à conduta do governo da igreja.

Conclusão

O Senhor Jesus, a única cabeça da igreja, impôs à igreja um governo singular. Esse governo, o Senhor Jesus deu por meio dos seus apóstolos nas Escrituras. Ele é fundado nos princípios, preceitos e exemplos estabelecidos no Novo Testamento.

Embora a igreja tenha sido chamada para organizar ou ordenar certas questões ‘sob a lei’, ela permanece sendo um povo firmemente ‘sob a lei’ que somente Cristo designou para ela.

2. A NATUREZA DO GOVERNO

Todo governo legítimo tem poder e exerce poder. Com a igreja não é diferente. Como governo, a igreja tem poder e exerce poder.

Contudo, o Senhor Jesus ensinou aos seus discípulos que esse poder era de um caráter diferente do caráter dos governos do mundo.

No Evangelho de Lucas, lemos que:

“Os reis dos povos dominam sobre eles, e os que exercem autoridade são chamados benfeitores. Mas vós não sois assim; pelo contrário, o maior entre vós seja como o menor; e aquele que dirige seja como o que serve. Pois qual é maior: quem está à mesa ou quem serve? Porventura não é quem está à mesa? Pois, no meio de vós, eu sou como quem serve” (Lc 22. 25-27).

Nessa passagem, o Senhor Jesus contrasta explicitamente o modo como os governos do mundo muito frequentemente se relacionam com os governados com o modo pelo qual seus discípulos deveriam relacionar-se entre si. Ele condena “o desejo

⁴² *Apud* Waters, 2018, p. 61.

ávido de ministros cristãos por grandeza e glória terrenas”, bem como “o exercício da autoridade, mesmo legítimo, com um espírito soberbo e ofensivo”.⁴³

Waters⁴⁴, com base no ensino de Stuart Robinson, trata de quatro características do poder da igreja.

A primeira é a fonte de poder. “A fonte de todo poder da igreja é fundamentalmente Jesus Cristo, o Mediador”.⁴⁵ A doutrina da igreja, sua disciplina e os ofícios derivam de Jesus e não de qualquer autoridade humana.

Quando a igreja age em conformidade com o que Cristo a chamou para fazer na Palavra escrita, essa ação deve ser recebida como do próprio Cristo. Em bom espírito bereano (At 17. 10-15), devemos medir cada ensino e ação da igreja pelas Escrituras. E quando percebemos que a igreja tem ensinado e agido em conformidade com as Escrituras, devemos gratamente receber tal ensino e ação como do próprio Cristo.

Cristo é a fonte do poder da igreja. No entanto, ele delega ou investe a igreja nesse poder. Essa é a segunda característica. Nesse sentido, pode-se falar de ‘autoridade’ e ‘poder’ pertencente à igreja.

O poder é conferido à igreja como um corpo orgânico composto de governantes e governados. Um corpo orgânico, vivo, como ensinado pelo apóstolo Paulo em 1 Co 12.12-31 e Ef 4.1-16). Como no corpo humano, o poder é conferido a todo o corpo. O poder da igreja habita no corpo todo, não dentro de um membro ou órgão do corpo em particular, à exclusão do restante.⁴⁶

A igreja é, assim, constituída numa comunidade espiritual. A igreja é um reino em relação a Cristo. Isso põe a Cristo como única fonte de poder da igreja e mantém o ensino da Escritura de que o poder foi conferido ao corpo da igreja e mantém o ensino da Escritura de que o poder foi conferido ao corpo como um todo.⁴⁷

Então o poder reside no corpo como seu *ser* e nos oficiais como seu exercício. Os oficiais são tirados do próprio corpo e permanecem como parte e servem a ele. Os oficiais da igreja não são um grupo ou casta separada do corpo de Cristo como na Igreja Romana. Por essa razão não é conveniente estabelecer separação entre clero e leigos. Essa terminologia tem sido utilizada na história da igreja para expressar uma

⁴³ *Apud* Waters, 2018, p. 66.

⁴⁴ Waters, p. 66-77.

⁴⁵ *Apud* Waters, 2018, p. 67.

⁴⁶ Waters, p. 68.

⁴⁷ *Id.* P. 69.

distinção muito diferente do que a Escritura ensina entre oficiais e não oficiais. A Escritura mostra, ao contrário, que os apóstolos direcionaram a igreja a escolher “dentre vós” sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos desse negócio” (At 6.3).

Berkhof afirma que, como Rei, Cristo revestiu a igreja com poder, defendendo que o poder eclesiástico é delegado à igreja como um todo, isto é, aos membros e aos oficiais igualmente, mas, em acréscimo, os oficiais recebem uma porção adicional de poder, como se requer para o cumprimento dos seus respectivos deveres na igreja de Cristo. Participam do poder original concedido à igreja e recebem sua autoridade e poder como oficiais diretamente de Cristo. São representantes do povo, não, contudo, meros deputados ou delegados.⁴⁸

Quando lemos que Paulo e Barnabé promoviam, em cada igreja, a eleição de presbíteros (At 14.23), e que Paulo diz a Tito que em cada cidade constituísse presbíteros (Tt 1.5), a Escritura está supondo o princípio de Atos 6.3, ou seja, que os oficiais da igreja devem ser escolhidos pelas pessoas antes de assumirem as responsabilidades e deveres do ofício.

Embora os membros da igreja exerçam poder somente na escolha de seus representantes, o governo da igreja presbiteriana tem enfatizado esse privilégio como um direito inviolável da igreja, conforme o art 9º, § 1º, letra ‘a’, da Constituição da IPB, que dispõe que “Compete à assembleia eleger pastores e oficiais da igreja”. Os presbiterianos insistem que a igreja nunca poderá ser obrigada a receber um oficial a quem não escolheu para servi-la.⁴⁹ Esse direito é preclaro no registro bíblico da igreja de Jerusalém, no relato em Atos dos Apóstolos. Os apóstolos direcionaram a igreja a escolher “dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, aos quais encarregaremos deste serviço” (At 6.3).

A igreja reconhece homens a quem Cristo dotou previamente para servirem como oficiais. A convocação que eles fazem ao ofício é estendida somente àqueles homens que eles estão persuadidos de que Cristo chamou e dotou para o ofício. A eleição dos oficiais pelos membros da igreja é o meio designado por Cristo para colocar oficiais na sua igreja.

⁴⁸ Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 537.

⁴⁹ Waters, p. 70.

Sobre o assunto, Berkhof leciona que Cristo providenciou órgãos representativos para o exercício específico desse poder. Enquanto Cristo delegou poder à igreja como um todo, também providenciou para que este poder fosse exercido ordinária e especificamente por órgãos representativos, separados para a manutenção da doutrina, do culto e da disciplina. Os oficiais da igreja são os representantes do povo, escolhidos por voto popular. Isso não significa, porém, que eles recebem a sua autoridade do povo, pois o chamamento do povo é apenas a confirmação do chamamento anterior feito pelo Senhor; e é do Senhor que eles recebem a sua autoridade e a ele são responsáveis.⁵⁰

Esse autor leciona, da mesma forma, que o poder da igreja reside primariamente no corpo governante local. Afirma, pois, que um dos princípios fundamentais do governo reformado ou presbiteriano é que o poder ou autoridade da igreja não reside antes de tudo na assembleia, confiado ao corpo governante da igreja local; mas, sim, que tem a sua sede original no consistório ou sessão ou conselho da igreja local e por este é transferido para as assembleias maiores, como classes ou presbitérios e sínodos ou assembleias gerais. Assim, o sistema reformado ou presbiteriano honra a autonomia da igreja local, apesar de sempre considerá-la sujeita às limitações que lhe podem sobrevir como resultado de sua associação com outras igrejas, formando uma denominação, e lhe assegura o mais completo direito de governar os seus interesses internos por meio dos seus oficiais. Ao mesmo tempo, mantém o direito e dever da igreja local de unir-se a outras igrejas similares sobre uma base confessional comum e de formar uma organização mais ampla com propósitos doutrinários, judiciais e administrativos, com a adequada estipulação de mútuas obrigações e direitos.⁵¹

É Cristo quem cria o ofício, define suas funções e prescreve as qualificações para ele. No entanto, de acordo com a vontade do mesmo Senhor e cabeça da igreja, o chamado para ser um oficial não estará completo sem a ação da igreja. A vocação é tanto interior quanto exterior. E a vocação exterior consiste da eleição e ordenação.

É importante frisar que os oficiais da igreja, apesar de eleitos pelos membros da igreja, em última instância não prestam contas às pessoas. Prestam contas a Cristo, pois a autoridade que eles exercem deriva de Cristo. Ela não deriva das

⁵⁰ Berkof, p. 537.

⁵¹ *Ibidem*.

peçoas. Os oficiais da igreja devem sua lealdade à vontade de Cristo representada nas Escrituras. Quando a vontade das peçoas entra em conflito com o ensino claro da Escritura, os oficiais da igreja têm o dever de acatar o ensino da Bíblia, qualquer que seja o custo.

Ressalte-se, por fim, que o poder exercido pelos oficiais da igreja não é conferido a eles pessoalmente, mas como homens representantes. Cristo não cede seu poder para a igreja. Os homens que exercem poder na igreja não o fazem com a autoridade de sua própria peçoas. Eles fazem isso como representantes de Cristo, que mantém todo o poder na sua própria peçoas. Os oficiais da igreja não são lei para si mesmos. Eles são homens que servem sob os padrões que Cristo deu à sua igreja. Suas ações têm peso e autoridade somente até o ponto em que se conformam ao ensino da Escritura.

2.1 O Modo de exercício do Poder

Uma terceira questão é o modo de exercitar esse poder.

Nesse aspecto, é importante frisar que o exercício que os membros fazem desse poder se estende basicamente à escolha dos oficiais para servir ao corpo. Waters argumenta que esse direito é bíblico e inviolável. No entanto, todo o exercício restante desse poder está reservado exclusivamente aos oficiais da igreja. A autoridade exercida pelos oficiais da igreja é uma autoridade representativa. Eles agem como representantes de Cristo. Por um lado, os oficiais da igreja não prestam contas ao povo, mas a Cristo. Por outro, suas ações têm peso e autoridade somente até o ponto em que se conformam ao ensino das Escrituras.⁵²

O poder eclesiástico, que é totalmente espiritual, é duplo. Os oficiais o exercem, às vezes, individualmente, como a pregação do evangelho, na administração dos sacramentos, na reprovação do errado, visitando o enfermo e confortando o aflito, que é o poder de ordem; e, algumas vezes, eles o exercem conjuntamente nos tribunais da igreja, como forma de julgamento, que é o poder de jurisdição (At 15.6).

O art 3º, § 2º, da Constituição da IPB, assim dispõe, *verbis*:

“A autoridade dos que governam é de ordem e de jurisdição. É de ordem, quando exercida por oficiais, individualmente, na administração de

⁵² Waters, p. 72.

sacramentos e na impetração da bênção pelos ministros, e na integração de concílios por ministros e presbíteros. É de jurisdição, quando exercida coletivamente por oficiais, em concílios, para legislar, julgar, admitir, excluir ou transferir membros e administrar as comunidades.”

No exercício do poder de ordem, aquele que estiver envolvido nele estará agindo na sua competência como oficial da igreja. Ele não é um representante autônomo. Portanto, esse oficial está sujeito à supervisão e, se necessário, à correção pelos tribunais da igreja.

Sobre o poder de jurisdição, há vários exemplos nas Escrituras que mostram repetidamente, que as igrejas eram governadas por vários presbíteros, tais como At 20.28; Fp 1.1; Ts 5.12-13; Tt 1.5-7; Hb 13.17; 1 Pe 5.2.

Um exemplo de atuação do poder de jurisdição encontra-se em At 6.1-7, valendo à pena ressaltá-lo. Essa passagem evidencia, que multiplicando-se o número dos discípulos, houve murmuração dos helenistas contra os hebreus, porque as viúvas deles estavam sendo esquecidas na distribuição diária.

Vale esclarecer, que os hebreus referidos nessa passagem são os que viviam na Palestina e se mantiveram na ortopraxia da lei de Moisés, na cultura hebraica e falavam o idioma aramaico, como o apóstolo Paulo se referiu a si mesmo: Hebreu de hebreus (Fp 3. 5), ao passo que os helenistas eram judeus da dispersão, que falavam o grego e aceitavam viver de acordo com os costumes transmitidos pela cultura grega.⁵³

Essa passagem demonstra, que apesar de terem se convertido ao caminho, ou seja, de terem se tornado, pela pregação do evangelho, servos de Jesus Cristo, surgiu o velho problema da discriminação social: as viúvas dos judeus gregos eram consideradas como estrangeiras pelos judeus hebraicos nativos e, por isso, não estavam sendo atendidas pela habitual distribuição de alimentos, provavelmente disponíveis, em parte, pelas contribuições generosas relatadas em Atos 4.34-37.

Até aquele ponto os apóstolos estavam servindo às mesas. Diante do fato de as viúvas dos helenistas estarem sendo preteridas na distribuição diária de alimentos, gerou-se tal crise na igreja, e os doze convocaram a comunidade dos discípulos e afirmaram que “não era razoável que eles abandonassem a palavra de Deus, ou seja, a pregação e o ensino, para servir as mesas”.

⁵³ Boyer, p. 369.

Essa ação evidenciou que os apóstolos eram cheios do Espírito Santo e de sabedoria, que expressa discernimento espiritual⁵⁴. Permitiram que o Espírito Santo os dirigisse na solução do impasse e da crise, determinando que a comunidade escolhesse dentre eles sete homens de boa reputação, também cheios do Espírito de Deus e sabedoria, aos quais pudesse ser encarregado o servir às mesas, enquanto os apóstolos se consagrariam ao ministério de oração e da pregação da Palavra de Deus.

O parecer agradou a toda comunidade testificando, assim, que essa era a vontade daquele que governa a igreja. E fez com que a pregação da Palavra de Deus florescesse e em Jerusalém se multiplicou o número de discípulos.

A decisão dos apóstolos, orientada pela sabedoria do alto, primeiramente testificou no coração da comunidade dos crentes, pacificando-a. Em segundo lugar definiu aos apóstolos a verdadeira vocação a que o Espírito lhe separou: oração e ministério da Palavra, pois eles haviam estado o tempo todo com o Senhor Jesus em seu público ministério e necessitavam levar adiante os ensinamentos do Senhor aos novos discípulos. Para isso foram ordenados e comissionados (Mt 28. 19 e 20).

O poder da igreja também é exercido de forma ministerial e declarativo.⁵⁵

Thomas Peck explica o significado dessa expressão.⁵⁶

“Ministerial e declarativo significa o poder de um ministro ou servo para declarar e executar a lei do Senhor da forma em que está revelada na sua palavra, o livro-estatuto do seu reino, as Escrituras contidas no Antigo e Novo Testamento. Nenhum oficial ou concílio da igreja tem poder legislativo. Só Cristo é Senhor da consciência, e a deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à sua palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto, estejam fora dela (CFW 20.2). Escravidão somente a Cristo é a única e verdadeira liberdade da alma humana.”

Um exemplo bíblico de atuação desse poder está relatado na ocasião em que outra crise se impôs na igreja primitiva, dessa vez envolvendo a controvérsia sobre a circuncisão dos gentios, quando alguns indivíduos que descenderam da Judeia

⁵⁴ Douglas, p. 366.

⁵⁵ Waters, p. 74.

⁵⁶ *Apud* Waters, p. 74.

ensinavam aos irmãos, que se não se circuncidassem segundo o costume de Moisés, não poderiam ser salvos (At 15).

Depois de grande contenda de Paulo e Barnabé com eles, o caso foi levado à Jerusalém.

Chegando em Jerusalém, após narrarem aos apóstolos e presbíteros tudo o que Deus fizera por intermédio deles aos gentios na primeira viagem missionária, insurgiram-se alguns que pertenciam ao partido dos fariseus, que havendo também crido em Cristo Jesus, insistiam que era necessário que os gentios fossem circuncidados e que observassem a lei de Moisés para serem salvos.

Os apóstolos e presbíteros se reuniram num concílio, a fim de examinar a questão. Havendo grande debate entre eles, o apóstolo Pedro tomou a palavra e lhes disse que eles sabiam de tudo o que há muito Deus, que o havia escolhido, fizera por intermédio dele entre os gentios, concedendo-lhes a salvação pela pregação da Palavra, e o Espírito Santo, não estabelecendo nenhuma distinção entre os judeus e gentios, purificando-os pela fé e salvando-os pela graça.

Após a multidão ouvir também o que Paulo e Barnabé contaram sobre os sinais e prodígios que Deus fizera por meio deles entre os gentios, Tiago proferiu, com base nas próprias Escrituras (Profetas), o seu parecer com relação ao caso.

Pedro, Paulo, Tiago e também Barnabé, participaram dos trabalhos como oficiais da igreja, a fim de distinguirem a vontade divina e desfrutando somente das orientações e influências do Espírito Santo.

Nesse concílio não contemplamos os apóstolos invocando suas autoridades apostólicas. Em vez disso, eles participaram como presbíteros juntamente com outros presbíteros no processo de deliberação.

As Escrituras informam que a conclusão do Concílio foi devida a um consenso criado por meio do debate, não pela invocação de um julgamento apostólico infalível. Os apóstolos eram certamente capacitados para concluir a questão com base na autoridade que possuíam, mas optaram por não agir como explanadores inspirados e infalíveis da vontade de Deus (At 6-21).

Ao agirem dessa forma, demonstraram que as Escrituras intencionam que um concílio, e o seu consequente trabalho, devem ser reguladores da prática da igreja em todas as épocas⁵⁷.

⁵⁷ Waters, p. 129.

Guy Waters argumenta ainda, sobre esse fato, quando expressa uma segunda observação ao tema tratado no Concílio de Jerusalém. O evangelista Lucas especifica essa questão em Atos 15.1: “Alguns indivíduos que desceram da Judeia ensinavam aos irmãos, que se não se circuncidassem segundo a lei de Moisés, não poderiam ser salvos”.

A questão era uma preocupação especificamente eclesiástica e dizia respeito à corrupção do evangelho. Por esse fato, é o tipo de problema que corretamente deve ser levado a um concílio da igreja para ser tratado.

Além do mais, acrescenta Waters, o problema havia servido de ocasião para dissensão e debate na igreja de Antioquia. Aparentemente ele havia perturbado as igrejas da Síria e da Sílicia, como demonstra At 15.23. Não estava restrito a uma igreja regional, mas impactava a igreja de um modo geral mais amplo. Portanto, a seriedade e a abrangência da questão exigiam a consideração de um concílio superior da igreja.

Waters observa adicionalmente, como a questão chega à atenção do Concílio de Jerusalém. Ela chegou por recomendação da igreja em Antioquia a um conselho superior da igreja. Esse curso de ação não era o único disponível à igreja de Antioquia, como Cunningham⁵⁸ explica:

“É evidente, que se a igreja em Antioquia, em vez de levar a questão à igreja de Jerusalém, tivesse tomado uma decisão por si mesma a respeito dela, como poderia ter feito, teria sido igualmente lícito para uma minoria na igreja de Antioquia (pois sabemos que havia uma divisão lá), apelando, após, para a igreja em Jerusalém para que a revesse, e se eles assim julgassem, reverter a decisão.”

Então, na opinião de Waters, o Concílio de Jerusalém ilustra um princípio importante para o governo da igreja. Concílios superiores exercem um papel de supervisionar os concílios inferiores da igreja.⁵⁹

A Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil adota, da mesma forma, em seu art. 61, esse princípio:

Art. 61. Os concílios guardam entre si gradação de governo e disciplina; e, embora cada um exerça jurisdição original e exclusiva sobre todas as

⁵⁸ *Apud* Waters, 2018, p. 130.

⁵⁹ Waters, p. 130.

matérias de sua competência, os inferiores estão sujeitos à autoridade, inspeção e disciplina dos superiores.”

Tiago, o irmão do Senhor Jesus, que se tornou um líder proeminente em Jerusalém, buscou, no caso tratado, apoio nas próprias Escrituras, mais especificamente no profeta Amós (Am 9. 11 e 12), para julgar a causa e expor seu parecer, orientando, naquele concílio, todas as igrejas incipientes. Declarou, assim, a própria Palavra de Deus para resolver o conflito.

Waters refere-se, como terceira e última observação, ao modo como o concílio abordou a questão levada pela igreja de Antioquia. Ele o fez por meio de deliberação. E os presbíteros participantes se relacionaram uns com os outros como iguais. A discussão não fornece nenhuma evidência de que qualquer um deles tinha ou exercia autoridade hierárquica sobre os outros.⁶⁰

A deliberação foi ordenada e racional, originando-se das premissas derivadas das Escrituras. Cada presbítero teve a oportunidade de expressar-se. A contribuição de cada um edificou sobre a anterior e não apenas repetiu o que já havia sido dito.

Isso é bíblico, porque a deliberação consiste em fazer com que as Escrituras esclareçam a questão sobre a qual o Concílio deve decidir. Os apóstolos Pedro, Paulo e o cooperador Barnabé relacionaram a atividade de Deus em conexão com o ministério deles entre os gentios.

Tem-se um relato inspirado dessa atividade em Atos 10-11 e Atos 13-14. Tiago citou o profeta Amós em referência à situação da qual o concílio estava tratando e avançou para derivar do profeta as conclusões práticas que o concílio deveria seguir.⁶¹

Por fim, sobre a natureza e à autoridade da decisão do concílio, que os presbíteros presentes em Jerusalém não deliberaram apenas por deliberar. Eles o fizeram para chegar a uma conclusão. Ao final, o concílio adotou três cursos de ação. Eles chegaram a uma decisão, registraram a decisão numa carta explicativa a ser distribuída para o corpo mais amplo da igreja e escolheram homens para levar a carta pessoalmente para as várias igrejas representadas no concílio.⁶²

Formalmente, como a deliberação ocorreu a partir do que dispunham as Escrituras, a conclusão a que eles logicamente chegaram também foi bíblica. O

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ *Ibidem*, p. 131.

⁶² *Idem.*

Concílio de Jerusalém afirmou à igreja que entendia que essa decisão era bíblica ao apresentá-la do seguinte modo: “Pois pareceu bem ao Espírito Santo e a nós” (At 15.28). Assim, o concílio demonstrou que “todos os decretos e determinações dos concílios da igreja devem ser regulados pela palavra de Deus”.⁶³

Portanto, nenhum oficial da igreja e nenhum concílio têm qualquer direito de criar e impor legislação sobre a igreja. Por definição, os oficiais da igreja são autorizados somente a declarar a Palavra de Deus. Fazer de modo diferente disso é violar a liberdade cristã. Essa é a razão pela qual as reuniões de presbíteros que exercem o poder de jurisdição são chamadas ‘tribunais’. Elas não são órgãos legislativos. Em vez disso, são corpos chamados a declarar a mente de Cristo em relação às questões que são postas a eles.⁶⁴

Em suma, todo poder da igreja, exercido pelo corpo em geral, ou por representação, é apenas ministerial e declarativo.

2.2 Doutrina, Ordem e Disciplina

Neste ponto destacaremos a maneira como o poder da igreja deve exercido. Uma distinção tripla auxilia a entender essa responsabilidade e ela se relaciona com o “poder de jurisdição”, ou a autoridade que os concílios da igreja ou conselho de presbíteros, exercem. Então com respeito ao poder de jurisdição, o poder da igreja se expressa apenas por três canais: doutrina, ordem e disciplina.⁶⁵

“Doutrina” diz respeito à autoridade da igreja no ensino da doutrina ou na promulgação da mesma. Nesse aspecto, o Livro de Ordem da PCA afirma que os concílios podem estruturar símbolos de fé, dar testemunho contra erros na doutrina e imoralidade na prática, dentro ou fora da igreja.⁶⁶

Muitas igrejas reformadas e presbiterianas têm adotado os Padrões de Westminster como sua confissão de fé, inclusive a Igreja Presbiteriana do Brasil, que no art. 1º da sua Constituição, dispõe que:

⁶³ *Apud* Waters, 2018, p. 129. Cunningham, *Historical theology*, 1.48, observa que o concílio apela tanto à providência de Deus quanto às Escrituras. Contudo, ele observa que “a palavra escrita de Deus é o único padrão pelo qual as questões da igreja devem ser reguladas, ainda que muito possa ser aprendido ao considerar cuidadosamente sua providência ou o que ele realmente fez, em conexão com as declarações da sua palavra.”

⁶⁴ Waters, p. 74.

⁶⁵ Waters, p. 78.

⁶⁶ *Idem*.

Art. 1º A Igreja Presbiteriana do Brasil é uma federação de Igrejas locais, que adota como uma regra de fé e prática as Escrituras Sagradas do Velho e Novo Testamento e como sistema expositivo de doutrina e prática a sua Confissão de Fé e os Catecismos Maior e Breve; (...)

Há precedentes no Novo Testamento para estruturar declarações confessionais em passagens como Fp 2.5-11 e 1 Tm 3.16.⁶⁷

“Ordem”, por sua vez, envolve a organização de certos detalhes relativos ao “governo, disciplina, culto e extensão da igreja”.⁶⁸

Nesse aspecto, dispõe a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, em seu art. 3º, que:

Art. 3º O poder da igreja é espiritual e administrativo, residindo na corporação, isto é, nos que governam e nos que são governados.

(...)

§ 2º A autoridade dos que governam é de ordem e de jurisdição. É de ordem, quando exercida por oficiais, individualmente, na administração de sacramentos e na impetração da bênção pelos ministros, e na integração de concílios por ministros e presbíteros. É de jurisdição, quando exercida coletivamente por oficiais, em concílios, para legislar, julgar, admitir, excluir ou transferir membros e administrar as comunidades.

Essas ‘regras’ que os concílios da igreja estabelecem devem estar de acordo com as doutrinas contidas nas Escrituras, de tal modo que apenas os detalhes circunstanciais dessas questões sejam deixados para a prudência e sabedoria cristãs.⁶⁹

Waters argumenta que há evidência do exercício desse aspecto de poder da igreja quando as igrejas adotam uma forma de governo, regras de disciplina, um diretório de culto ou um padrão de procedimento parlamentar. Isso, porque há uma multidão de detalhes referentes ao culto público e ao governo da igreja que a Escritura não prescreveu.⁷⁰

⁶⁷ Waters, p. 78, observa que quer essas passagens tenham circulado independentemente como declarações de credo ou não, elas refletem um resumo inspirado de doutrinas vitais da fé cristã.

⁶⁸ Waters, p. 78.

⁶⁹ CFW 1.6.

⁷⁰ Waters, p. 79.

O último aspecto da maneira em que a igreja exerce o seu poder é pelo manejo do poder de disciplina.

O poder de disciplina é o direito dos concílios da igreja de exigirem 'obediência às leis de Cristo'. Esse poder inclui a admissão de pessoas como membros da igreja, inclusive aos sacramentos da igreja; ao ofício na igreja; e a exclusão do 'desobediente e desregrado' do ofício ou dos 'privilégios sacramentais'.

Dispõe o capítulo 30.3 da Confissão de Fé de Westminster, que:

30.3 A disciplina na igreja é necessária para chamar (para Cristo) os irmãos transgressores, para dissuadir outros de praticar ofensas semelhantes, para lançar fora o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do evangelho e para evitar a ira de Deus, a qual, com justiça, pode cair sobre a igreja se ela permitir que o pacto divino e os seus selos sejam profanados por ofensores notórios e obstinados.

Esse documento também estabelece, para melhor obtenção desses fins, que os oficiais da igreja devem proceder dentro da seguinte ordem, segundo a natureza do crime e demérito da pessoa: repreensão, suspensão do sacramento da Santa Ceia por algum tempo e exclusão da igreja.⁷¹

A igreja é, portanto, autorizada até mesmo, por intermédio dos seus concílios, a 'excluir o contumaz e impenitente da congregação dos crentes'. Também tem autoridade administrativa de que necessita para exercer esses poderes.⁷²

Esse poder enfrenta hoje resistência especial, porque muitos membros de igreja entendem que a igreja é uma mera sociedade voluntária. Qualquer esforço por parte da igreja de administrar disciplina, até mesmo para tirar uma pessoa do rol de membros da igreja, pode ser considerado tirânico e autoritário.⁷³

Valdeci dos Santos Silva, em seu artigo intitulado *Disciplina Eclesiástica*⁷⁴, afirma que a disciplina eclesiástica é um termo em risco de extinção no atual vocabulário cristão, pois desde que os princípios do pós-modernismo encontraram guarida no seio da igreja, qualquer conceito que ameace o individualismo e a liberdade

⁷¹ CFW, 30.4.

⁷² Waters, p. 80.

⁷³ *Id.*

⁷⁴ *Fides Reformata* 3/1, 1998.

de escolha quanto ao estilo de vida, comportamento, é logo taxado de arcaico. A dicotomia prática de muitos cristãos gera a ilusão de que a igreja nada tem a ver com o procedimento secular de seus membros.

Valdeci dos Santos leciona, outrossim, que biblicamente a disciplina na igreja tem três objetivos. O primeiro é restaurar o pecador; o segundo é manter a pureza da igreja e o terceiro dissuadir a outros. Esses passos são especialmente mencionados em Mateus 18:15-17.

Os passos indicados para a aplicação da disciplina são a abordagem individual; a admoestação privada; o pronunciamento público; e, por fim, a exclusão pública.

Dentre as implicações teológicas da disciplina, Valdeci dos Santos confronta a disciplina com a adoração cristã. Nesse magistério, esse autor explica que um princípio essencial da adoração cristã é o zelo pela santidade do nome do Senhor, pois a negligência do povo de Deus quanto aos mandamentos do Senhor motiva os incrédulos a blasfemar o nome de Deus.

Assim, o zelo pela santidade do nome de Deus implica diretamente no exercício da disciplina eclesiástica.

Confronta, também, a disciplina e as marcas da Igreja, afirmando que Cristo deseja sua igreja sem máculas, rugas, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito. E são marcas da Igreja a proclamação da Palavra, a administração dos sacramentos e o exercício da disciplina eclesiástica.

Por fim, o citado autor confronta a disciplina com o Evangelismo, propondo que a disciplina eclesiástica ressalta a seriedade do pecado. Uma igreja sem disciplina torna-se um empecilho para a propagação do evangelho. O evangelismo é dirigido aos que estão fora dos portões da igreja e que estão escravizados pelo pecado. A disciplina é dirigida àqueles que estão dentro dos portões da igreja e que estão se sujeitando ao domínio do pecado. Ambos almejam a liberdade do pecador.

De acordo com Valdeci dos Santos, a reflexão bíblica sobre a disciplina eclesiástica evidencia dois princípios básicos. Primeiro, que a disciplina na igreja não é uma opção, mas sim uma ordenança e, conseqüentemente, uma bênção divina. Segundo que a disciplina requer profundo amor por parte da igreja que a aplica e semelhante humildade e quebrantamento por parte daquele que é disciplinado.

O ensino de Valdeci Santos alerta para o fato de que hoje, nessa era “antropocêntrica”, a igreja é vista como uma organização altamente dependente do indivíduo e que necessita conservá-lo ao custo de várias exceções. O medo da

impopularidade leva muitos líderes à cumplicidade e pecados que são justificados em nome de uma atitude mais humanizada. Mas não deve ser assim, segundo ele.

Com relação à autoridade, um ponto esclarecedor é o que adverte que a autoridade que disciplina nunca vem daquele que a aplica, mas daquele que a ordenou, isto é, o cabeça e Senhor da Igreja, o Senhor Jesus Cristo.

E uma pergunta deve ser feita, afirma o autor do citado artigo, no sentido de “com que direito um membro da Igreja de Cristo pode profanar o sangue da aliança e ultrajar o Espírito da graça?” E que direito um membro tem de tomar o corpo de Cristo e associá-lo à prostituição? Esses direitos nunca foram dados aos membros do corpo de Cristo, mas sim a responsabilidade de amar ao pecador e vigiar para que também nenhum dos membros venham a cair.

Somente a ignorância, equívocos ou a dureza de coração, explica Valdeci, poderiam levar alguém a deturpar os princípios bíblicos sobre a disciplina eclesiástica e justificar sua ausência entre os membros do corpo de Cristo.

O fato é que a igreja necessita de disciplina. Aquele que ordena a disciplina na igreja é o mesmo que estabelece o padrão a ser seguido no exercício da mesma. Esse padrão consiste primeiramente em amor paternal. A Bíblia mostra que a disciplina de Deus é um exercício do seu amor por seus filhos. Quando os cristãos recebem disciplina divina, isto significa que o Pai celestial os está tratando como a filhos. Deus não disciplina bastardos, mas disciplina aqueles a quem considera filhos. E a disciplina que vem do Senhor é para o bem da igreja. Ela produz paz e retidão.

A disciplina é fonte de esperança para os que a aplicam e vida para os que a recebem corretamente e está fundamentada nos imperativos do Senhor, afirma Valdeci dos Santos.

O que acontece, porém, com uma igreja sem disciplina eclesiástica? Há clara referência bíblica de que a igreja que negligencia o exercício desse tão importante mandado do Senhor compromete não apenas sua eficiência espiritual, mas a sua própria existência (Hb 12.7-8).

Contudo, quando Jesus diz que a igreja está ativamente envolvida no processo formal de disciplina, ele não quer dizer que toda a congregação é chamada a avaliar essa pessoa e a julgá-la. Sabemos disso por conta da obra que o Senhor atribui particularmente ao ofício de presbítero. Em 1 Ts 5.12, temos que os presbíteros não apenas “vos presidem no Senhor”, mas também “vos admoestam”.

Quando os presbíteros agem assim, a igreja está aplicando corretamente a tarefa da disciplina, pois essa tarefa é o que se denomina um exercício de poder conjunto que pertence ao presbiterado.

A disciplina na igreja, seja considerada no nível de admoestação particular ou no nível de excomunhão, possui o objetivo de glorificar a Deus, promover a pureza e o bem estar da igreja, além de guardar e restaurar pecadores desobedientes, finaliza Valdeci dos Santos.

Conclusão

A regra para a orientação do poder eclesiástico em seu exercício é o que o Senhor Jesus Cristo revelou em sua Palavra. É um governo sob leis estatutárias já promulgadas pelo Rei Jesus.

A igreja não tem poder legislativo, porque Jesus é o legislador dela. O poder da igreja é, como dito acima, ministerial e declarativo. O padrão da igreja é a Palavra de Deus revelada nas Escrituras. O âmbito e o objetivo do poder eclesiástico são coisas invisíveis e espirituais. Como uma sociedade essencialmente espiritual, a igreja deve assumir somente o trabalho que a Palavra de Deus a autorizou a fazer.

O poder da igreja diz respeito somente àqueles que estão dentro dos seus limites (1 Co 5. 12-13) e tem o objetivo de edificar os membros do corpo de Cristo (2 Co 13.10).

Para a reunião e aperfeiçoamento dos santos, a igreja busca direção na Palavra, confiando no poder do Espírito Santo para desempenhar fielmente a tarefa que Jesus lhe deu. Quanto mais firmemente a igreja mantém esse senso de identidade, mais fielmente consegue desempenhar sua missão.⁷⁵

3. OS ELEMENTOS DO GOVERNO

3.1 Ofícios

A dificuldade de definir ofício vem do fato de o Novo Testamento não possuir um termo correspondente à essa palavra.⁷⁶ Uma passagem fundamental para o entendimento do ofício na igreja está em Efésios 4. 7-14.

⁷⁵ Waters, p. 86.

⁷⁶ *Apud*, Waters, 2018, p. 88.

Cristo é o doador dos dons. Como se depreende do texto bíblico citado, o Cristo ascendido, que está assentado à direita do Pai e reina sobre todas as coisas por amor da igreja, é quem concede dons ao seu corpo.

A fim de explicar essa doação de dons, o apóstolo Paulo remete ao Salmo 68. Nele Davi representa Deus como o conquistador levando cativos na sua comitiva. O apóstolo nos escreve que esse salmo remete a Jesus, que é identificado em Yahweh, que conquistou seus inimigos. O resultado da vitória de Jesus sobre o pecado e a morte é o fato de ele conceder dons aos homens.

O Senhor Jesus contém em si mesmo, pela sua eminência, todos os ofícios da igreja. É por essa razão que as Escrituras chamam Jesus de “apóstolo” (Hb 3.1), “pastor” (Jo 10 11) e “Bispo” (1 Pe 2. 25). Portanto, não se pode separar ofício e os dons para o ofício do Senhor Jesus Cristo.⁷⁷

Todos os cristãos se beneficiam dos dons. Em Ef 4.7, o apóstolo Paulo diz que “a graça foi concedida a cada um de nós segundo a proporção do dom de Cristo.” Ainda nos versículos 13 e 14, o apóstolo enfatiza que cada cristão se beneficia dos dons de Cristo para a igreja. E os benefícios são a unidade da igreja, o conhecimento de Cristo, a maturidade, a constância espiritual e a proteção contra o engano e a dissimulação.

Dispõem os versículos 13 e 14 de Efésios 4:

“13 até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo, 14 para que não sejamos como meninos, agitados de um lado para outro e levados ao redor por todo vento de doutrina, pela artimanha dos homens, pela astúcia com que induzem ao erro.”

Os dons são “apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres.” São indivíduos específicos a quem Cristo concedeu dons e chamou para servir à igreja de modo específico. Cada um desses dons tem algo a ver com a Palavra de Deus. Cristo propõe esses dons à igreja para que a Palavra de Deus seja ministrada a todo o corpo. O propósito da concessão é edificar o corpo em maturidade e constância. Esses dons estão, assim, ligados ao ofício eclesiástico.

⁷⁷ Waters, p. 88.

O Novo Testamento, contudo, identifica dois ofícios que são extraordinários ou temporários: o de apóstolo e o de profeta. Esses ofícios cumpriram, tempos atrás, o propósito para o qual Jesus os criou. Assim, tais ofícios não permanecem na igreja de Jesus Cristo.⁷⁸

Os ofícios ordinários, por sua vez, “são aqueles cujas funções não pressupõem quaisquer circunstâncias especiais ou peculiares na vida da igreja, mas são tão indispensáveis nas eras posteriores quanto o eram nos primeiros tempos”.⁷⁹

Louis Berkhof, dispondo sobre o tema em seu livro *Teologia Sistemática*, inclui a figura do ‘mestre’ nos ofícios ordinários.⁸⁰

Sobre a vocação de oficiais, Louis Berkhof confirma que se deve fazer distinção entre a vocação dos oficiais extraordinários, tais como os apóstolos, e a dos oficiais ordinários. Argumenta, da mesma forma, que os primeiros foram chamados de maneira extraordinária, com um chamamento imediato ou direto de Deus, e os estes, de maneira ordinária e mediante a instrumentalidade da igreja.⁸¹

Berkhof leciona, também, que a vocação dos oficiais ordinários é interna e externa. E acrescenta esse autor que “às vezes se pensa que a vocação interna para um ofício na igreja consiste numa indicação extraordinária de Deus do fim para o qual o indivíduo é chamado - uma espécie de revelação especial. Mas isso não está certo. Consiste, antes, em certas indicações providenciais ordinárias dadas por Deus e inclui principalmente três coisas: a) a consciência de estar sendo impelido a alguma tarefa especial do reino de Deus, por amor a Deus e a sua causa; b) a convicção de que o indivíduo está, pelo menos em certa medida, intelectual e espiritualmente qualificado para o ofício em vista; e c) a experiência de que, evidentemente, Deus está pavimentando o caminho que leva à meta”. A vocação externa, acrescenta Berkof, chega à pessoa pela instrumentalidade na igreja. Tanto os oficiais como os membros comuns da igreja tomam parte nela. O que se vê é que, na era apostólica, os oficiais guiavam a escolha que o povo fazia, chamando à atenção para as qualificações necessárias que se exigiam para o ofício, mas deixavam o povo tomar parte na escolha propriamente dita (At 1.15; 16; 6.1-6; 1 Tm 3.2-13).⁸²

⁷⁸ *Id*, p. 90.

⁷⁹ *Apud*, Waters, p. 91.

⁸⁰ Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 539.

⁸¹ *Idem*, p. 540.

⁸² *Ibidem*, p. 540.

Sobre ofícios, leciona Berkhof, que Cristo providenciou órgãos representativos para o exercício específico desse poder. Enquanto Cristo delegou poder à igreja como um todo, também providenciou para que este poder fosse exercido ordinária e especificamente por órgãos representativos, separados para a manutenção da doutrina, do culto e da disciplina. Os oficiais da igreja são os representantes do povo, escolhidos por voto popular. Isso não significa, porém, que eles recebem a sua autoridade do povo, pois o chamamento do povo é apenas a confirmação do chamamento anterior feito pelo Senhor; e é do Senhor que eles recebem a sua autoridade e a ele são responsáveis.⁸³

Os ofícios da igreja são os de presbítero e diácono.

A Confissão de Fé de Westminster, símbolo de fé adotado pela Igreja Presbiteriana do Brasil, dispõe em seu capítulo 30 – Das Censuras Eclesiásticas – que:

30.1 O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça da sua igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela; governo distinto das autoridades civis.

30.2 A esses oficiais estão entregues as chaves do reino dos céus. Em virtude disso eles têm, respectivamente, o poder de reter ou absolver pecados; de fechar esse reino a impenitentes, tanto pela Palavra quanto pelas censuras; de abri-lo aos pecadores penitentes pelo ministério do evangelho e pela remissão de censuras, quando as circunstâncias o exigirem.

Van Dixhoorn, comentando sobre o tema, assevera que o primeiro parágrafo do citado capítulo da Confissão de Fé de Westminster inicia com a identificação do próprio governador: o Senhor cujo nome é Jesus.

Em seus versos sobre o rei servo vindouro, Isaías escreveu acerca daquele que iria carregar sobre os seus ombros um governo cujo aumento não teria fim (Is 9.6-7). Esse governador é o “Rei e Cabeça de sua igreja”; aquele que tem “toda autoridade no céu e na terra” (Mt 28. 18-20). Ele é o que, no Novo Testamento, designa governadores e governos subordinados a ele:

“Os governadores que Jesus Cristo designou sob si são chamados “presbíteros” (1 Tm 5.17; At 20.17-18) ou guias (Hb 13.7, 17, 24). Aqui (na CFW) são simplesmente chamados oficiais da igreja. Eles têm o dom de governo ou administração (1 Co 12.28). A igreja cristã os conhece como

⁸³ Luis Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 537.

aqueles que “trabalham entre” nós e nos “presidem”. Eles são pessoas que às vezes nos “admoestam (1 Ts 5.12). Essas são as mãos usadas pelo cabeça da igreja.”⁸⁴

As igrejas são governadas por vários presbíteros, os quais elas escolheram para servi-las. Esses presbíteros são chamados para pastorear ou governar a congregação. Parte da responsabilidade pastoral dos presbíteros, conjunta ou individualmente, é ser “apegado à palavra fiel, que é segundo à doutrina, de modo que tenha poder tanto para exortar pelo reto ensino como para convencer os que o contradizem” (Tt 1.9).

Nas palavras do Livro de Ordem da PCA - Presbyterian Church of America:

“os presbíteros em conjunto têm o governo e a supervisão espiritual da igreja, incluindo o ensino. Somente aqueles presbíteros que são especialmente dotados, chamados e treinados por Deus para pregar devem servir como presbíteros docentes.”⁸⁵

Na opinião de Waters, é preferível considerar o ministro como uma ordem do ofício de presbítero, em vez de um ofício distinto do ofício de presbítero.⁸⁶

Porém, sobre os oficiais, dispõe o art. 25 da Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, *verbis*:

Art. 25. A igreja exerce as suas funções na esfera da doutrina, governo e beneficência mediante oficiais, que se classificam em:

- a) ministros do Evangelho ou presbíteros docentes;
- b) presbíteros regentes;
- c) diáconos.

Importante observar, que as Escrituras não estabelecem um ofício de ‘bispo’ ou ‘supervisores’. Quando o Novo Testamento fala de ‘supervisores’, ele está se referindo ao presbítero, pois supervisor é um dos títulos bíblicos para o presbítero. Ele ajuda o presbítero a entender que parte do seu chamado é supervisionar espiritualmente a congregação.⁸⁷

⁸⁴ Van Dixhoorn, p. 402.

⁸⁵ Waters, p. 95.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 96.

Isso se observa no discurso do apóstolo Paulo aos presbíteros em Éfeso (At 20). O relato revela-nos que “de Mileto, mandou (Paulo) a Éfeso chamar os presbíteros da igreja.” Dirigindo-se a esse mesmo grupo de homens, ele diz em At 20:28: “Atendei por vós e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos para pastorear a igreja de Deus.”

Conclui-se, pois, que as Escrituras utilizam os dois termos para descrever o mesmo grupo de oficiais. Presbítero e bispo são termos que descrevem o mesmo ofício.

Em outras passagens bíblicas se depreende o mesmo. Em Tt 1, o apóstolo Paulo está dando a Tito conselho sobre assuntos referentes ao governo da igreja. Em Tito 1. 5, ele diz-lhe que o havia deixado em Creta para que “(...) em cada cidade constituísse presbíteros.” Em seguida, o mesmo apóstolo dá a Tito uma lista de qualificações para esse ofício. Ele diz no versículo 7: “Porque é indispensável que o bispo seja irrepreensível como despenseiro de Deus.”

Os presbiterianos concluem do governo eclesiástico *jure divinum* da Escritura, que em nenhum ponto da vida da igreja o ofício de ‘bispo’ deve ser introduzido na igreja. Eles chegam a essa conclusão por causa da convicção que possuem de que o governo da igreja é dado por Cristo nas Escrituras e que a igreja não tem autorização para acrescentar ou tirar algo desse governo.

Eles também entendem que pelo menos um ofício continua na vida da igreja: o presbiterado. Concluem que esse ofício é perpétuo, porque a Escritura explicitamente enumera as qualificações e os deveres dos presbíteros (I Tm 3; Tt 1).⁸⁸

Então todos os presbíteros são chamados para supervisionar a igreja, governar a igreja e ensinar a igreja.

Observa-se que a restrição da administração dos sacramentos aos presbíteros regentes refere-se à distinção de função. Essa restrição não está fundamentada na Bíblia, mas observa-se que a prática é estipulada em constituições de muitas denominações presbiterianas, a exemplo da Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, e também nos padrões de Westminster.

Sobre os presbíteros regentes, dispõem os artigos 50 e 51 da Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, que o conceitua e estabelece as suas funções, respectivamente:

⁸⁸ Waters, p. 97.

Art. 50 O Presbítero Regente é o representante imediato do povo, por este eleito e ordenado pelo Conselho para, juntamente com o pastor, exercer o governo e a disciplina e zelar pelos interesses da igreja a que pertencer, bem como pelos de toda a comunidade, quando para isso eleito ou designado.

Art. 51 Compete ao Presbítero:

- a) levar ao conhecimento do Conselho as faltas que não puder corrigir por meio de admoestações particulares;
- b) auxiliar o pastor no trabalho de visitas;
- c) instruir os neófitos, consolar os aflitos e cuidar da infância e da juventude;
- d) orar com os crentes e por eles;
- e) informar ao pastor os casos de doenças e aflições;
- f) distribuir os elementos da Santa Ceia;
- g) tomar parte na ordenação de ministros e oficiais;
- h) representar o Conselho no Presbitério, este no Sínodo e no Supremo Concílio.

Podemos afirmar, que o que distingue o presbítero docente do regente é que o primeiro trabalha na pregação e no ensino e é sustentado pela igreja para desenvolver esse mister. Os presbíteros regentes, por sua vez, devem ser capazes de ensinar, mas não arcam com o peso do ministério público regular da palavra.⁸⁹

É interessante notar, também, que o presbiterato por mandato tem precedente histórico substancial na igreja reformada⁹⁰, mas não encontra no Novo Testamento uma base para isso nem exemplo disso. Nenhuma passagem do Novo Testamento ordena, prevê ou exemplifica essa prática.

Aliás, o presbiterato por mandato perturba a igualdade do presbiterato num ponto em que o presbiterato regente e o docente estão em igualdade: “o governo na igreja de Deus”. Um mecanismo no qual os presbíteros docentes servem vitaliciamente e os presbíteros regentes servem por mandatos estabelecidos é desequilibrado e pode sugerir que o ofício de presbítero regente é de importância secundária em relação ao do presbítero docente.⁹¹

⁸⁹ Waters, p. 99.

⁹⁰ Ver pesquisa histórica elaborada por Van Dam, The Elder.

⁹¹ Waters, p. 102.

Contudo, o art. 52 da Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil estabelece que o “presbítero tem nos concílios da igreja autoridade igual à dos ministros”.

De igual modo, isso tem uma implicação prática importante para a vida da igreja. O presbiterato por mandato priva os conselhos da continuidade, experiência e sabedoria que a longevidade do serviço pode assegurar ao presbítero regente. Portanto, conclui, o presbiterado por mandato prejudica inadvertidamente o conselho de se tornar o que poderia ser, além de desequilibrar o relacionamento bíblico entre os oficiais da igreja e a congregação, e um sistema de rotação de presbíteros é facilmente politizado.

A Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, em seu art. 54, adota o sistema de reeleição, após o mandato de cinco anos.

O segundo ofício perpétuo ou ordinário na igreja do Novo Testamento é o de diácono, que é um ofício de serviço.⁹² A palavra grega da qual o termo ‘diácono’ deriva-se significa ‘servo’. Os presbiterianos concluem que o ofício de diácono é perpétuo, porque a Escritura relaciona expressamente suas qualificações e obrigações (1 Tm 3), e o faz de tal maneira que ordena a vida da igreja até o retorno de Cristo.

1 Tm 3.8-12 nos lembra que os diáconos devem ter dons espirituais para levar a cabo as tarefas e as responsabilidades desse ofício, pois é uma tarefa espiritual. A assistência àqueles da igreja que estavam necessitados é uma expressão da comunhão da igreja.

A vocação dos diáconos é assistir à igreja em dar expressão à comunhão dos santos. É um trabalho desempenhado para o povo de Deus. “Esse ofício é de compaixão e serviço, de acordo com o exemplo do Senhor Jesus; ele expressa também a comunhão dos santos, especialmente em ajudar um ao outro na hora da necessidade.”⁹³

Sobre o diaconato, a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil estabelece, em seu art. 53:

Art. 53. O diácono é o oficial eleito pela igreja e ordenado pelo Conselho para, sob a supervisão deste, dedicar-se especialmente:

- a) à arrecadação de ofertas para fins piedosos;
- b) ao cuidado dos pobres, doentes e inválidos;

⁹² *Idem.*

⁹³ Livro de Ordem da Igreja PCA.

- c) c) à manutenção da ordem e reverência nos lugares reservados ao serviço divino.
- d) Exercer a fiscalização para que haja boa ordem na Casa de Deus e suas dependências.

3.1.1 Ordenação

A ordenação é a admissão autoritativa de alguém devidamente chamado para um ofício na igreja de Deus, acompanhada de oração e imposição de mãos, ao que é apropriado acrescentar a oferta da destra de comunhão. A ordenação é realizada por um concílio; não por uma assembleia ou por um único oficial.⁹⁴

Waters ensina, com base em Bannerman, que a ordenação não “confere à parte ordenada um caráter permanente, transmitido a ela, independentemente de sua fé ou de sua condição espiritual geral, graças sobrenaturais e poder sacerdotal *ex opere operato*, ou seja, pelo seu trabalho, do qual a validade do seu ministério e da sua dispensação da palavra e sacramento dependem”, como alguns na igreja ensinaram. Assim, pois, a ordenação não é um sacramento.⁹⁵

A imposição de mãos não confere graças ou dons ao candidato, equipando-o para o ministério. Em 1 Tm 4.14, o apóstolo Paulo não afirma que a ordenação conferiu ‘o dom’ a Timóteo. O apóstolo refere-se ao “dom” que ele já possuía antes da imposição de mãos, que é, pois, “o gesto de reconhecimento”; uma indicação pública de que o homem sendo ordenado é chamado por Deus para esse ministério específico.⁹⁶

De acordo com Waters, MacPherson, em sua obra *Presbyterianism*, afirma que a imposição de mãos é “a expressão de uma crença de que a dotação necessária de graça está presente no indivíduo apresentado.”⁹⁷

3.1.2 Qualificações

Mark Dever também afirma que o presbiterato é o modelo bíblico para a liderança da igreja local.⁹⁸

⁹⁴ Waters, p. 110.

⁹⁵ *Apud*, Waters, 2018, p. 111. Bannerman, Em *A igreja de Cristo*, fazendo referência ao ensino do catolicismo romano tridentino, que se refere ao Concílio de Trento (1545 – 1563).

⁹⁶ *Apud*, Waters, 2018, p. 111.

⁹⁷ *Apud*, Waters, 2018, p. 111. MacPherson. *Presbyterianism*, 32.

⁹⁸ Dever, M. et Alexander, P. *Igreja Intencional – Edificando seu ministério sobre o Evangelho*, 2 ed. São José dos Campos, SP: Ed. Fiel, 2015. p. 173.

Neste ponto não será tratado propriamente o que a Bíblia estabelece diretamente em seu texto sobre as qualificações para o presbiterato (1Tm 3.1-7 e Tt 1. 5-9, mas considerados, de forma prática, características que indicam, antecipadamente, que o candidato possui o chamado para o oficialato na igreja, notadamente o caráter.

No seu magistério, Mark Dever ensina que é sábio reconhecer homens que já possuem qualificação anteriormente demonstrada pelo trabalho semelhante ao de presbítero desempenhado na igreja, ao invés de ‘tornar’ certos homens presbíteros apenas por dar-lhes treinamento. Isso, porque “os pecados de alguns homens são notórios e levam a juízo, ao passo que os de outros só mais tarde se manifestam. Da mesma sorte também as boas obras, antecipadamente, se evidenciam, e quando assim não seja, não podem ocultar-se (1 Tm 5.14-25). Essas palavras estão num contexto de indicação de presbíteros. O apóstolo Paulo estava ensinando a Timóteo a reconhecer homens que já possuíam, antecipadamente, qualidades de presbíteros. Ao reconhecermos presbíteros antes de treiná-los estamos reconhecendo que um homem já está vivendo com os traços do caráter de presbítero e fazendo uma obra de relacionamento peculiar a este ofício, sem possuir o título.⁹⁹

O caráter do homem que se qualifica para esse ofício é descrito em 1 Tm 3.1-7 e Tt 1. 6-9. Um presbítero é um homem de caráter exemplar, semelhante a Cristo, capaz de liderar o povo de Deus por meio do ensino das Escrituras, de um modo que os beneficie espiritualmente.

Sobre o tema, Ronaldo Lidório leciona, que com bastante frequência somos inclinados a valorizar mais o que as pessoas possuem, suas habilidades, seu potencial ou o que elas fazem, seu desempenho, suas realizações e o resultado do seu trabalho. Raramente valorizamos o outro simplesmente por aquilo que ele é, seu caráter, sua integridade. Quando se trata de alguém que está em posição de liderança apreciamos sua performance, sua influência, sua eloquência, aquilo que está sempre à vista e enche os nossos olhos. Isso, porque hoje se vive em um mundo onde o cenário mudou e a realidade está sendo reconstruída sobre valores estranhos à fé cristã. São valores que combatem a visão espiritual e nos lançam em programas

⁹⁹ Dever, p. 174.

utilitários. O líder, acrescenta, geralmente se deixa levar por essa expectativa e busca justamente cercar-se de cuidados que impressionem positivamente as pessoas.¹⁰⁰

Ronaldo Lidório, missionário da APMT – Agência Presbiteriana de Missões Transculturais, em seu livro *Liderança e Integridade* não formula teorias nem recorre ao desgastado esquema dos ‘passos para aprimorar sua liderança’, mas sugere atitudes que o líder pode tomar para viver sem as máscaras que tão facilmente são utilizadas para causar uma boa impressão e o levar à tomada de posição em busca da maior e mais sublime posição que o líder possa almejar nesta vida, ou seja, ser semelhante a Jesus e levar outros a seguir tal exemplo.

E isso, de acordo com Lidório, só é possível se o líder deixar que o Senhor o sonde e revele aquilo que necessita ser mudado. “Sonda-me ó Deus e conhece o meu coração: prova-me e conhece os meus pensamentos; vê se há em mim algum caminho mau e guia-me pelo cainho eterno” (Sl 139. 23 e 24). A partir daí não se conta mais com um esforço para ser um bom líder. A única atitude será reconhecer os próprios erros e deixar que o próprio Deus conduza o líder a uma vida de integridade.

O ensino de Lidório é aplicável não somente a quem se encontra em posição de liderança, mas a qualquer cristão que deseja viver retamente na dependência do Senhor.

Lidório aponta, também, que não há como se exercer liderança desacompanhada de integridade. Isso, porque até no meio evangélico se nota que um dos grandes problemas contemporâneos é o divórcio entre a academia e a piedade, o discurso e a vida, a teoria e a prática, a fé e as obras. Vive-se hoje uma crise de identidade nos palácios, nos parlamentos, na igreja e na família. Muitos homens e mulheres ao buscarem com ânsia o reconhecimento público ou as realizações humanas têm se encantado com aquilo que não sacia a alma ou alimenta o coração. E se distanciam, a cada dia, de uma vida com integridade.¹⁰¹

Percebem-se processos de coerção social sobre a liderança eclesiástica e isso acaba a levando a valorizar mais os resultados do que a fidelidade; a prestigiar mais os títulos do que a intimidade com Deus; a pagar mais pela eloquência do que pela integridade. Esses são processos nocivos, alerta Lidório, que mancham a alma,

¹⁰⁰ Lidório, R. *Liderança e Integridade*. Belo Horizonte. Ed. Betânia, 2008, p. 80.

¹⁰¹ Lidório, *Liderança e Integridade*.

entristecem a vida e geram modelos equivocados de liderança, que infelizmente serão seguidos.¹⁰²

Esse autor demonstra a crise, mas também aponta soluções que emanam da palavra de Deus quando trata da integridade de coração, da integridade nos relacionamentos, da integridade na família e na liderança propriamente dita. Evidencia sobre os valores da alma ao tratar desses assuntos, o que se constitui numa contribuição para os que a cada dia lutam por uma vida autêntica e que desejam mais do que apenas construir uma boa reputação: querem o caráter de Cristo em suas vidas e atos.

Sobre integridade de coração, o mesmo autor exorta o quanto necessitamos de Deus para alcançá-la e o quanto na vida o caráter é muito mais importante do que a reputação. O caráter é a verdade a nosso respeito, quem de fato somos e como o Senhor nos vê. Há um grande perigo de queda e prostração quando se desenvolve uma liderança ou uma reputação sem um caráter íntegro como fundamento. E a integridade, bem como outras virtudes cristãs, necessita ser construída. Integridade não é apenas convicção. É atitude transformadora e validadora. A integridade vai além da sinceridade. Ela deve perdurar na inconstância, que é vista nos detalhes e se traduz nas atitudes. Nunca se esquecendo de que a busca pela integridade vai sempre denunciar o pecado.

No campo dos relacionamentos, ensina que eles demandam amor e também uma avaliação justa do outro. Relacionamentos saudáveis e íntegros se baseiam na humildade e pressupõem investimento pessoal. É preciso, da mesma forma, para se manter bons relacionamentos, aprender a lidar com as críticas.

Com relação ao governo da própria casa, Lidório, por fim, aponta para que o líder da família seja um modelo para os de perto. Ensina que a integridade na família nos desafia a ser um modelo para os de perto, bem como à construção do outro, ao caminho da cumplicidade, além de nos alertar a respeito da infidelidade conjugal.

3.2 Concílios

O reinado espiritual de Cristo é o seu governo real sobre o seu povo ou sua igreja. É um reinado espiritual, porque se relaciona com uma esfera espiritual. É o

¹⁰² *Idem.*

governo mediatório estabelecido nos corações e nas vidas dos crentes. Além disso, é espiritual porque leva direta e imediatamente a um fim espiritual, qual seja, a salvação do seu povo. E, finalmente, é espiritual porque administrado não pela força ou por meios externos, mas pela Palavra e pelo Espírito, que é o Espírito da verdade, de sabedoria, de justiça e santidade, de graça e misericórdia.

Este reinado revela-se na reunião da igreja e em seu governo, proteção e perfeição. A natureza espiritual deste reinado é indicada pelo fato, dentre outros, de que Cristo é repetidamente chamado Cabeça da Igreja (Ef 1.22; 4.15; 5.23; Cl 1.18; 2.19). O governo de Cristo como cabeça indica a união mística entre Cristo e seu corpo, a igreja.¹⁰³

O presbiterianismo defende que Jesus Cristo estabeleceu na sua Palavra um padrão de um presbitério e de um governo presbiteral em comum sobre várias congregações individuais numa única igreja, a fim de governar sua igreja em todas as eras. Defende que o governo da igreja existe além do nível local e acima da congregação local. Esta última existe num relacionamento de prestação de contas e submissão mútuas com outras congregações locais.

Walters afirma, de acordo com Peck¹⁰⁴, que se pode indicar três linhas gerais e relacionadas a evidências bíblicas que afirmam tal governo.

A primeira delas é a unidade da igreja, mesmo como uma igreja católica visível.

As Escrituras conclamam a igreja visível a dar expressão a uma unidade que pertence à igreja:

“Eu lhes tenho transmitido a glória que me tens dado, para que sejam um, como nós o somos; eu neles e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste e os amaste, como também amaste a mim” (Jo 17. 22-23).

“Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está acima de todos” (Ef 4. 4-6).

¹⁰³ Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 375.

¹⁰⁴ *Apud*, Waters, p. 121.

“Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão” (1 Co 10.17).

“Porque assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo” (1 Co 12.12).

Diante de tais passagens torna-se impossível restringir a unidade da igreja à da congregação local. A passagem bíblica em Atos 9. 31 indica que essa unidade é refletida no registro bíblico do crescimento e progresso da igreja primitiva. As Escrituras indicam uma porção considerável do povo de Deus espalhado sobre uma região geográfica ampla como “a igreja”.¹⁰⁵

Um segundo ponto é essa unidade autorizar a união de duas ou mais congregações no mesmo governo. Durante todo o período apostólico a igreja existia em várias congregações. As Escrituras falam dessas congregações coletivamente como a ‘igreja’ e entende que essas congregações são unidas num único governo.

O fato de que milhares de cristãos reuniam-se em residências individuais leva à conclusão de que a igreja se constituía de várias congregações. E esses cristãos eram servidos por vários oficiais demonstrado no ministério dos doze apóstolos ao longo dos primeiros capítulos de Atos dos Apóstolos e por presbíteros que atuavam junto com os apóstolos (At 15.12).

Essa multiplicidade de oficiais da igreja harmoniza-se com uma igreja que se reúne em congregações separadas. Peck, por isso, afirma que é razoável concluir que essas congregações eram coletivamente governadas pelos apóstolos e individualmente por grupos de presbíteros escolhidos pelas congregações nas quais prestavam serviço.¹⁰⁶

Observa-se em Atos 8.1, que essas congregações eram corretamente denominadas como uma única igreja. Nota-se, outrossim, que essa igreja regionalizada é representada como agindo em harmonia por meio de seus oficiais nas questões de governo. As Escrituras demonstram esse governo regional quando em Atos 11.22 lemos que os presbíteros da igreja em Jerusalém enviaram Barnabé para encorajar e servir à igreja em Antioquia. Em Atos 11.30 vemos os presbíteros da igreja

¹⁰⁵ Waters, p. 122.

¹⁰⁶ *Apud*, Waters, 2018, p. 124.

recebendo e, por implicação, desembolsando e distribuindo recursos financeiros enviados pelos cristãos de Antioquia aos cristãos em Jerusalém. Em 15.2, vemos que os presbíteros da igreja em Jerusalém recebem Paulo e Barnabé para iniciarem a discussão e deliberarem sobre uma questão de doutrina e prática.

No nível local a igreja é governada por presbíteros escolhidos por aquela mesma congregação para servi-la. No nível mais amplo ela é governada por um grupo representativo de presbíteros numa região particular.

Sobre esse tema, Louis Berkhof leciona que Cristo providenciou órgãos representativos para o exercício específico desse poder. Enquanto Cristo delegou poder à igreja como um todo, também providenciou para que este poder fosse exercido ordinária e especificamente por órgãos representativos, separados para a manutenção da doutrina, do culto e da disciplina. Os oficiais da igreja são os representantes do povo, escolhidos por voto popular. Isso não significa, porém, que eles recebem a sua autoridade do povo, pois o chamamento do povo é apenas a confirmação do chamamento anterior feito pelo Senhor; e é do Senhor que eles recebem a sua autoridade e a ele são responsáveis.

Esse autor, da mesma forma, ensina que o poder da igreja reside primariamente no corpo governante local. Afirma, pois, que um dos princípios fundamentais do governo reformado ou presbiteriano é que o poder ou autoridade da igreja não reside antes de tudo na assembleia, confiado ao corpo governante da igreja local; mas, sim que tem a sua sede original no consistório ou sessão ou conselho da igreja local e por este é transferido para as assembleias maiores, como classes ou presbitérios e sínodos ou assembleias gerais. Assim, o sistema reformado ou presbiteriano honra a autonomia da igreja local, apesar de sempre considerá-la sujeita às limitações que lhe podem sobrevir como resultado de sua associação com outras igrejas, formando uma denominação, e lhe assegura o mais completo direito de governar os seus interesses internos por meio dos seus oficiais. Ao mesmo tempo, mantém o direito e dever da igreja local de unir-se a outras igrejas similares sobre uma base confessional comum e de formar uma organização mais ampla com propósitos doutrinários, judiciais e administrativos, com a adequada estipulação de mútuas obrigações e direitos. Essa organização mais ampla impõe, sem dúvida, certas restrições à autonomia das igrejas locais, mas também promove o crescimento

e o bem-estar das igrejas, garante os direitos dos membros e serve para dar mais plena expressão à unidade da igreja.¹⁰⁷

Com base nessas observações, deve-se concluir que a igreja visível, na sua extensão mais ampla, deve ser governada pela representação dos seus presbíteros.

A Confissão de Fé de Westminster no seu capítulo 31 – Dos Concílios e Sínodos – dispõe que:

31.1 Para melhor governo e maior edificação da igreja deverá haver as assembleias comumente chamadas de sínodos e concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e aos outros presbíteros das igrejas particulares criar tais assembleias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da igreja.

Van Dixhoorn, comentando o texto da Confissão de Fé de Westminster, afirma que a justificativa para a existência de concílios pode facilmente ser encontrada nas Escrituras, pois vemos pelo menos uma assembleia eclesiástica ou sínodo nos primeiros dias da igreja: o concílio de Jerusalém, onde, após uma disputa em Antioquia, os líderes se reuniram em Jerusalém e discutiram o que deveriam fazer (At 15.2-4). O que torna o concílio de Jerusalém tão importante para as gerações posteriores de cristãos é que ele ocorreu em um tempo em que os apóstolos estavam ativos e ainda assim escolheram convocar uma reunião de presbíteros. O fato de os presbíteros se reunirem com os apóstolos num processo deliberativo é constantemente destacado no relato fornecido por Lucas (At 15.2,4,6). Esse fato, dentre outros, deixou claro para as gerações posteriores que os apóstolos não estavam impondo sua autoridade e opinião no concílio na condição de apóstolos, mas comportando-se como presbíteros.¹⁰⁸

Por fim, observa-se que biblicamente a existência da igreja localmente em várias congregações de maneira alguma delimita ou milita contra sua identidade e função como igreja mais amplamente definida.

¹⁰⁷ Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 537.

¹⁰⁸ Dixhoorn, C. V. *Guia de Estudos da Confissão de Fé de Westminster*. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.p. 409.

Peck observa, que é o governo presbiteriano da igreja que realiza a unidade dela pela elasticidade do seu sistema parlamentar representativo.¹⁰⁹

“Se houvesse apenas uma congregação no mundo, seu presbitério ou ‘conselho’ constituiria o parlamento da igreja toda; se houvesse meia dúzia, os representantes de cada uma constituiriam o parlamento da igreja toda; se fosse um número mais abrangente os resultados seriam os mesmos. Os representantes de todas as igrejas (ou de parlamentos menores, mantendo o mesmo princípio) constituem um parlamento para a igreja toda. (...) Portanto, o presbiterianismo pode ser definido como o sistema de governo da igreja por meio de assembleias parlamentares compostas de duas classes de presbíteros, e somente presbíteros, organizado de tal modo que mantenha a unidade visível de toda a igreja.”

Ainda de acordo com Peck, essa ‘elasticidade’ mantém a flexibilidade da igreja ao refletir sua unidade.¹¹⁰

“A organização dos concílios, o número, a extensão do território deles, etc. é uma questão a ser determinada pela sabedoria humana, acomodando seus planos à circunstância do caso, levando em conta a decência, a ordem e a edificação geral”.

As Escrituras nos apontam, da mesma forma, princípios sobre o governo da igreja nos níveis do presbitério e do Supremo Concílio. A assembleia de Atos 15.2 é uma assembleia representativa. Ela é composta de representantes enviados por várias igrejas. Além disso, os representantes do Concílio de Jerusalém eram todos apóstolos e presbíteros. “Então se reuniram os apóstolos e os presbíteros para examinar a questão” (At 15.6). “As decisões tomadas pelos apóstolos e presbíteros de Jerusalém” (At 16.4). Essas decisões deixam claro que só presbíteros fazem parte do trabalho dessa assembleia. As Escrituras informam também que esses presbíteros pertenciam a várias congregações. Essa assembleia foi um concílio com um nível mais abrangente da igreja. Portanto, o livro de Atos dos Apóstolos nos revela que os concílios superiores da igreja devem ser compostos por presbíteros escolhidos por concílios inferiores dos quais fazem parte. Ademais, os concílios superiores servem à

¹⁰⁹ *Apud*, Waters, 2018, p. 125.

¹¹⁰ *Id.*, 125.

igreja mais ampla. As Escrituras intencionam que esses concílios devem ser reguladores da prática da igreja em todas as épocas.¹¹¹

A questão tratada nesse concílio foi uma questão que preocupava a igreja; especificamente eclesiástica; dizia respeito à corrupção do evangelho. E esse é o tipo de tema que corretamente deve ser levado a um concílio da igreja. Além do mais, esse tema já havia sido considerado pela igreja localizada em Antioquia. Aparentemente ele havia perturbado as igrejas na Síria e na Cilícia (At. 15.23). O problema não estava restrito a uma única congregação, mas impactava a igreja de um modo mais amplo.

Portanto, a seriedade e a abrangência do caráter da questão exigiam a consideração de um concílio superior da igreja. A questão chegou por recomendação da igreja em Antioquia a um concílio superior da igreja.

Concílios superiores, portanto, exercem um papel de supervisão dos concílios inferiores da igreja. O resultado dos trabalhos do concílio superior está expresso em Atos 16.5: “Assim, as igrejas foram fortalecidas na fé e dia a dia aumentavam em número”. Quando o governo da igreja funciona corretamente, a igreja desfruta de unidade; não sofre fragmentação. Cristãos unidos e fortalecidos pelo evangelho se espalham para contar a outras pessoas as boas-novas a respeito de Cristo. O bom governo da igreja é crucial para a expansão da igreja.

Sobre as assembleias eclesiásticas, Berkhof, em seu *Teologia Sistemática*, acrescenta que o governo das igrejas Reformada e Presbiteriana é caracterizado por um sistema de assembleias eclesiásticas numa escala ascendente ou descendente, conforme o ponto de vista em que é considerado. São elas o consistório (sessão, conselho), a classe (presbitério), o sínodo e, em alguns casos, a assembleia geral, o Supremo Concílio no caso do presbiterianismo brasileiro. O consistório ou conselho consiste do ministro (ou ministros), que são os presbíteros docentes e os anciãos ou presbíteros regentes da igreja local. A classe ou presbitério compõem-se de um ministro e de um presbítero de cada igreja local de certa região ou distrito.¹¹²

¹¹¹ Waters, p. 129.

¹¹² Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, p. 541.

A composição e competência dos conselhos, presbitérios, sínodos e do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil estão dispostas no Manual Presbiteriano.

Sobre suas decisões, há tempo que os cristãos reconhecem que os concílios da igreja são passíveis de erro. Nenhum protestante reivindica que os oficiais ou concílios são infalíveis.

A Confissão de Fé de Westminster corretamente resume os ensinamentos das Escrituras quando afirma que “todos os sínodos ou concílios, desde os tempos dos apóstolos, sejam gerais ou particulares, podem errar e têm errado. Portanto, eles não devem ser tomados como regra de fé e prática, mas devem ser utilizados como uma ajuda a ambos.”¹¹³

Assim, as decisões dos concílios da igreja só podem ordenar a concordância da pessoa se forem fiéis às Escrituras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo da igreja é um pilar no edifício da herança reformada e presbiteriana. De Calvino até o presente, os reformados têm valorizado, estudado e se dedicado ao governo da igreja.

John Knox, o gigante da fé reformada, é considerado o Patriarca do Presbiterianismo e da igreja presbiteriana. Knox não formulou um sistema confessional próprio, mas apenas encampou o que já vigorava nos meios reformados, com o predomínio do que encontrava em Genebra, o celebrado Calvinismo, formulação doutrinária do teólogo da Reforma, inserido nas *Institutas* e demais escritos de João Calvino. Mas foi somente pela insistência, pelo zelo incomparável, pelo fervor apostólico dele, que a fé reformada trinfou na Escócia e se implantou na alma de seu povo, feito que o tornou figura exponencial da história de sua terra, não menos marcante do que a Reforma Religiosa do Século XVI.¹¹⁴

Visou, também, Knox a uma organização eclesiástica, a um tempo, coerente, equilibrada, funcional, democrática, à altura dos postulados reformistas e livre dos

¹¹³ CFW 31.3.

¹¹⁴ LUZ, W. C. John Knox O Patriarca do Presbiterianismo. 1 ed. S. Paulo: Cultura Cristã, 2001.

vícios de outros sistemas do passado e da atualidade de seus dias. Não se agradava do episcopalismo prelático e hierarquizante, governo imposto de cima, geratriz de personalismos por vezes aberrantes, de desníveis descabidos, um dos piores defeitos da igreja tradicional, que era preciso evitar a qualquer preço. Não o satisfazia, outrossim, o congregacional absoluto, em que o governo reside na assembleia local, todos os membros com igual participação, à parte de suas qualificações, idade e experiência, que se presta a intermináveis e confusas discussões, à formação de grupelhos e blocos partidários, a decisões ditadas pelo sentir do momento do que da reflexão amadurecida, a questões e interesses pessoais que geram desentendimentos e antipatias e outras desvantagens. Optava, pois, pela via média, isto é, o governo exercido pelo povo, não direta e individualmente, mas por meio de representantes devidamente eleitos para essa representação, pressupostamente pessoas prestigiadas, experientes, respeitáveis, à altura das responsabilidades impostas que, democraticamente, geririam a vida da comunidade eclesiástica, associados aos ministros da Palavra, pastores ou pregadores. Tais deputados, delegados ou representantes recebiam o título de presbíteros (literalmente: mais velhos ou anciãos, segundo o Novo Testamento em grego), em paridade de direitos e privilégios, sem hierarquia ou gradação titular. As diferentes congregações locais se associavam em uma confederação igualmente formada por presbíteros eleitos para esse fim, ao lado dos seus ministros, por isso chamada de presbitério; a soma ou conjunto dos presbitérios formando a Assembleia Geral, órgão supremo da igreja no país. Como toda a organização se embasava nos presbíteros, essa forma de governo eclesiástico veio a se designar de presbiterianismo, que se caracteriza a Igreja Reformada da Escócia e quantas se lhe derivam historicamente, assim o Presbiterianismo dos Estados Unidos e, deste, com a vinda de Ashbel Green Simonton, o pioneiro no Brasil, chegado a 12 de agosto de 1859, o Presbiterianismo de nossa terra. Essa forma de governo eclesiástico, diferenciada da paralela da Suíça (Genebra), França e Holanda, as chamadas Igrejas Reformadas, apenas em nomenclatura, não na estrutura essencial, ficou permanentemente associada ao nome de John Knox, uma dessas ocasiões em que a história fez justiça, atribuindo o mérito a quem de fato lhe fazia jus. E os presbiterianos de todo o mundo podem e devem orgulhar-se de seu insigne patrono, credor da mais alta admiração e de

reconhecimento o mais exaltado, um lutador homérico, um gigante na fé, um apóstolo da Reforma, um defensor da igreja de Cristo.¹¹⁵

A razão dessa dedicação é que o governo da igreja está inseparavelmente conectado com o cabeça da igreja, Jesus Cristo.

A seguinte meditação histórica sobre o reino de Cristo ressalta esse fato:

“Jesus Cristo, sobre cujos ombros o governo está, cujo nome é Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz, cujo avanço de governo e paz não terá fim, que se assenta no trono de Davi e sobre seu reino, para ordená-lo e para estabelece-lo com juízo e justiça desde agora e para sempre; tendo recebido todo o poder no céu e na terra do Pai, que o ressuscitou de entre os mortos e o assentou à sua própria mão direita, muito acima de todos os principados e potestades, e poderes, e domínio, e todo nome que é dado não somente neste mundo, mas também no que há de vir; e colocou todas as coisas sob seus pés e concedeu-lhe ser cabeça sobre todas as coisas para a igreja, que é seu corpo, a plenitude daquele que supre tudo em todos; tendo ele ascendido muito acima de todos os céus, para que possa encher todas as coisas, recebeu dons para sua igreja e concedeu oficiais necessários para a edificação da sua igreja e aperfeiçoamento dos santos.¹¹⁶

No Antigo Testamento a expectativa do domínio redentor mundial de Deus era crucial. O Novo Testamento anuncia que o governo redentor e o reino de Deus chegaram no Filho de Deus, Jesus Cristo. Portanto, o grande tema do ministério de Jesus é o reino de Deus.

O Senhor Jesus não é um governante ausente. Ele declara que está com seu povo até o fim dos tempos (Mt 28.20). Ele não está apenas presente com seu povo, mas também o governa agora. O governo lembra perpetuamente à igreja que o Senhor Jesus está no seu trono. Esse reinado atual de Jesus é a alegria e consolo da igreja em face do sofrimento, tribulações e provações. As Escrituras nos asseguram

¹¹⁵ *Id.*, p. 164-165.

¹¹⁶ Waters, p. 144. Prefácio do *A forma de governo Presbiterial da igreja e de ordenação de ministros*. Esse documento foi “acordado pela assembleia de teólogos de Westminster com a assistência dos comissários da Igreja da Escócia” e foi aprovado pelo Supremo Concílio da Igreja da Escócia em 1645.

que “convém que ele reine até que haja posto todos os inimigos debaixo dos pés” e que “o último inimigo a ser destruído é a morte” (1 Co 15.25-26).

O reinado atual de Jesus também aponta o que há por vir. Quando Jesus voltar, no último dia, ele aparecerá “sobre as nuvens do céu, com poder e grande glória (Mt 24.30). Derrotará completamente todos os seus inimigos e julgará o mundo com justiça (Ap 19.11-12; At 17.31).

O governo bíblico da igreja é um pilar e suporte tremendo para a fé da igreja; um indicador da sua grande esperança.¹¹⁷

O funcionamento cotidiano do governo da igreja pode ser difícil e, algumas vezes, desagradável. Infelizmente, o governo da igreja tem sido ensejo para cristãos se ofenderem. As tentações ao desânimo e cinismo, por isso, são abundantes. Pode-se até assumir uma postura de indiferença conformada em relação ao governo da igreja. É particularmente em ocasiões assim que devemos nos lembrar de que o governo bíblico da igreja é a expressão visível do reinado atual de Jesus e que o governo da igreja é a boa e sábia provisão de Jesus para a reunião e edificação da igreja.¹¹⁸

Entender o governo da igreja é conhecer e glorificar a Jesus Cristo. A atenção ao governo da igreja é inseparável do discipulado cristão.

Por fim, faz-se necessário afirmar que o presbiterianismo possui, notavelmente, o condão de se adaptar tanto às exigências de uma igreja em expansão quanto à manutenção da unidade da igreja em cada época. À medida que a igreja cresce o governo que Cristo concedeu à igreja pode crescer com ela.

Assim, com a certeza de que o governo presbiteriano é o governo que possui cabal base bíblica, necessário se faz continuar a estudá-lo, compreendê-lo e aplicá-lo, pois em todas as circunstâncias pelas quais a igreja passar, esse governo certamente apontará o melhor caminho para a sua edificação e a consequente glória de Deus.

¹¹⁷ Waters, p. 146.

¹¹⁸ *Idem*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERKHOF, L. Teologia Sistemática. 4 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.
- BOYER, O. Pequena Enciclopédia Bíblica. Instituto Bíblico das Assembleias de Deus. Pindamonhangaba, SP.
- DEVER, M. et ALEXANDER, P. Igreja Intencional - Edificando seu ministério sobre o Evangelho. 2. ed. São José dos Campos, SP: Fiel, 2015.
- DIXHOORN, C. V. Guia de Estudos da Confissão de Fé de Westminster. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.
- DOUGLAS, J. D. O Novo Dicionário da Bíblia, 3 ed. São Paulo: Vida Nova, 2006.
- ENCICLOPÉDIA DA BÍBLIA. 3º vol. MERRIL C. TENNEY Organizador Geral. S. Paulo: Cultura Cristã, 2017.
- LIDÓRIO, R. Liderança e Integridade. Belo Horizonte: Editora Betânia, 2008.
- LUZ, W. C. *John Knox O Patriarca do Presbiterianismo*. 1 ed. S. Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- MANUAL PRESBITERIANO, igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Cultura Cristã, 2019.
- STOTT, J. A cruz de Cristo. S. Paulo: Editora Vida, 2006.
- SANTOS, V. Disciplina Eclesiástica. *Fides Reformata* 3/1, 1998.
- WATERS, G. P. Como Jesus Governa a Igreja. São Paulo: Cultura Cristã, 2018.